

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - PPGF**

**A ÉTICA PRÁTICA NO PENSAMENTO DE
PETER SINGER**

SÉRGIO RICARDO DE ANDRADE VIRGÍNIO

JOÃO PESSOA
SETEMBRO/2011

SÉRGIO RICARDO DE ANDRADE VIRGÍNIO

**A ÉTICA PRÁTICA NO PENSAMENTO DE
PETER SINGER**

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-graduação- Mestrado, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre no referido programa.

JOÃO PESSOA
SET/2011

SÉRGIO RICARDO DE ANDRADE VIRGÍNIO

**A ÉTICA PRÁTICA NO PENSAMENTO DE
PETER SINGER**

Dissertação de Mestrado avaliada em ___/___/___ com conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Edmilson Alves de Azevedo
Orientador

Profº Dr. Anderson d'Arc
Membro Interno

Profº Dr. Sávio Rosa (UESC-BA)
Membro Externo

Epigrafe

É difícil viver como filósofo – a veracidade interna em relação a si mesmo, e àqueles dos quais devemos ser professor, exige sacrifício e renúncias e lutas que sempre serão estranhas ao operário da ciência. Creio ter a vocação interna para a filosofia, e pela sua realização na pesquisa e ensino sobre a eterna destinação do homem interior – e só para isso devo empregar minhas forças e justificar até diante de Deus minha existência e minha atuação.

Martin Heidegger

Dedico este trabalho à infinita possibilidade humana que se configura e personaliza na minha existência, e que por isso mesmo, traz-me à consciência de que tudo posso quando se me permite introspectar tal possibilidade.

Dedico também a todos que caminham comigo na estrada da vida, em especial familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao divino, motor supremo, princípio primeiro, eterno

A sua permissão para que eu chegasse até aqui.

A meus pais Manoel Virgínio e Margarida Vieira de Andrade, que concretizaram esse projeto divino com a minha vinda a esse mundo.

A minha companheira de caminhada mais próxima que atende pelo nome de Jacyara.

A meus filhos Isabella O, Manoel Virgínio Neto e Sérgio Filho, testemunhas oculares da minha luta incansável de ser hoje melhor do que ontem, amanhã melhor que hoje.

A meus irmãos José, Maria de Lourdes, Sônia, Célia, Nereide, Márcia, Cláudia e Fábio, por dividirem comigo as alegrias e amarguras da nossa existência.

Ao meu coração que hoje atende pelo nome de Boanerges Félix da Silva Filho, pela oportunidade de tanto aprendizado.

Aos demais familiares e amigos.

Registrar um agradecimento todo especial ao meu orientador Professor Dr. Edmilson Azevêdo, pela sua dignidade, compreensão e, acima de tudo, boa vontade, tão em falta na nossa academia.

Enfim, agradeço à vida por me permitir desfrutar de tamanha alegria.

RESUMO

Este trabalho teve como fio condutor analisar a ética utilitarista, a partir de suas contribuições no tocante à aplicabilidade de suas propostas no tempo. Assim, procuramos trazer, a partir da busca dos precursores do utilitarismo, como, quando, e em que condições epocais se deram as discussões que trouxeram à baila a possibilidade da consolidação e transformação de tal debate em uma teoria da moral. Desta forma podemos vislumbrar melhor a importância da teoria utilitarista na nossa tradição capitalista, que fundamenta nossas relações no mundo até hoje. Dessa importância da tradição utilitarista com relação à filosofia moral, surge, na contemporaneidade, a figura de Peter Singer, que com sua postura utilitarista recoloca o debate acerca dos valores ditos morais, propondo revisar toda a concepção da ética posta e aceita até nossos dias como condição indispensável para a construção de um mundo melhor para as gerações futuras. Analisamos a ética prática de Peter Singer a partir de sua própria obra, com o objetivo de trabalhar mais minuciosamente seu próprio texto, posto que o próprio Singer argumenta que as críticas feitas às suas proposições, na maioria dos casos, se dá por uma leitura superficial de sua obra. Com isso, chegamos a ver, de forma mais clara, a importância de melhor analisarmos a filosofia do referido autor, como oportunidade inquestionável de quebrarmos velhos paradigmas e avançarmos em discussões profundas e, ao mesmo tempo, inovadoras, pertinentes e construtivas de visões de mundo mais abertas e, por isso mesmo geradoras de menos dor e mais felicidade.

Palavras chave: ética, utilitarismo, ética prática.

ABSTRACT

This study was to analyze the guiding utilitarian ethics, from his contributions regarding the

applicability of its proposals in time. So we try to bring, from the search of the precursors of utilitarianism, how, when, and under what conditions is epochal discussions that have brought into question the possibility of consolidation and transformation of such a debate in moral theory. Thus we can see better the importance of utilitarian theory in our capitalist tradition, which underlies our relations in the world today. This importance of the utilitarian tradition in relation to moral philosophy, appears in the contemporary world, the figure of Peter Singer, who with his utilitarian approach replaces the debate about the so-called moral values, proposing to review the whole concept of ethics and agree to put our days as a condition essential to building a better world for future generations. We have analyzed the practical ethics of Peter Singer, from his own work, in order to work more closely your own text, since the very Singer argues that criticism to his propositions, in most cases occurs by a cursory reading of his work. Thus, we see more clearly the importance of analyzing the best philosophy of that author, as an opportunity unquestionable break old paradigms and move in-depth discussions and and at the same time, innovative, relevant and constructive views of the world more open and, therefore generating less pain and more happiness.

Keywords: ethics, utilitarianism, ethical practice.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – O que é o utilitarismo	10
--	-----------

1.1 Os precursores do utilitarismo	13
1.2 O utilitarismo clássico	22
1.3 O utilitarismo na contemporaneidade	29
CAPÍTULO 2 - Peter Singer e a ética prática	36
2.1 – Peter Singer e o princípio da igual consideração de interesses.....	38
2.2 – A igualdade e suas implicações segundo Peter Singer	39
2.3 – Peter Singer e a igualdade para os animais	41
CAPÍTULO 3 – Peter Singer e a filosofia	73
3.1 – Considerações finais	76
REFERÊNCIAS.....	78

1. O PROBLEMA: O que é o utilitarismo

Esta corrente da ética filosófica foi antecipada, por vários pensadores, dentre eles David Hume (1739) e, de fato, estabelecido filosoficamente por Jeremy Bentham (1789). Sturta Mill (1861) cunhou no termo pelo qual veio a ser mais conhecido, “utilitarismo. Por fim, a Henry Sidgwick coube sua sistematização. O princípio que define o utilitarismo é de fácil assimilação. A descrição que transcrevemos abaixo, embora sumária, colhe sua natureza conceitual, nos mínimos detalhes:

Quando agimos, é preciso que façamos abstração de nossos interesses e de nossas tendências, de nossos preconceitos e do status herdados da tradição, assim como de todo pretenso “direito natural”, e que nos preocupemos exclusivamente em perseguir, segundo fórmulas de Hutcheson, “a maior felicidade do maior número de pessoas”. Mais precisamente, trata-se de maximizar o *bem-estar coletivo*, definido como a soma do bem-estar ou da utilidade) dos indivíduos que compõem a coletividade considerada . Cada vez que uma decisão deve ser tomada, o utilitarismo exige eu sejam estabelecidas as conseqüências associadas às diversas opções possíveis, que, em seguida, avaliemos essas conseqüências do ponto de vista da utilidade dos indivíduos afetados e, enfim, que escolhamos uma das opções possíveis cujas conseqüências são tais que a soma das utilidades que estão a elas associadas é ao menos tão grande quanto àquela associada a qualquer outra opção possível. (VAN PARIJS, 1997, p. 29-30).

O “utilitarismo”, na concepção de Jeremy Bentham, seu fundador, diferencia-se desta definição naquilo que ela diz além da simples concepção e afirmação da mera maximização do comportamento dos indivíduos. Isto porque ele deixa de lado a função normativa da utilidade. Assim é preciso diferenciar um utilitarismo das “preferências pessoais” do indivíduo, (função da utilidade) e o utilitarismo baseado nas “preferências morais”. Teríamos assim, de um lado, o utilitarismo como teoria político-normativa, que tem como falsa a tese do “utilitarismo” como teoria explicativa do simples comportamento individual (Cfr. VON PARJIS, op. cit pp. 30-31). Contudo, o utilitarismo, nas suas variedades conceituais, se firma como uma posição agnóstica, esclarecida e radical que busca romper com a visão de mundo sustentava e mantinha tirania do poder e do privilégio. Nesta medida, o utilitarismo se coloca na pretensão de tornar a ética uma ciência positiva da ação humana. Ver no prazer a finalidade última a que o indivíduo obedece, seguindo o lema ou princípio da maior felicidade para o maior número de pessoas, é um dos princípios básicos do utilitarismo. Nos aspectos político e social, o utilitarismo colocou-se, desde o início, como teoria moral comprometida com a maximização do bem-estar e felicidade da maioria em todas as possíveis dimensões. Temos:

Embora se possa dizer que a identificação do bom com o útil remonta a Epicuro, do ponto de vista histórico, o utilitarismo é uma corrente do pensamento ético, político e econômico inglês dos séculos XVIII e XIX. Stuart Mill afirmou ter sido o primeiro a usar a palavra utilitarista (utilitarian), extraindo-a de uma expressão usada por Galt em *Annals of Paris* (1812); de fato, a palavra foi usada ocasionalmente por Bentham, a primeira vez em 1781. (ABBAGNANO, 2007, p. 1172).

Já no seu registro histórico, na antiga Grécia, a conceituação acerca do desejado Bem supremo, isto é, a felicidade, é entendida como a busca do prazer e a fuga da dor. Desde então, o pressuposto da racionalidade é tido como condição necessária para se alcançar a compreensão da utilidade como aquele critério que possibilita satisfação, nada tendo a ver com o incremento da utilidade prática ou com um pragmatismo do senso comum ou não filosófico. O problema é que a partir da definição desse critério de unicidade do Bem, existe a possibilidade da adoção de vários aspectos e formas de utilitarismo. A primeira e, talvez a mais conhecida e criticada posição, é aquela chamada hedonista, imputada a Jeremy Bentham, na qual a idéia de prazer caracteriza-se por um sentido meramente quantitativo. Na sua forma eudemonista, como em John Stuart Mill, caracteriza-se através do sentido qualitativo, e ainda, na forma dita ideal, como em Moore, se forem levados em consideração a introdução da idéia de interesses nesse ideal de felicidade.

A via hedonista do utilitarismo, na medida em que adota uma postura baseada num critério psicológico e individualista, é tida como indefensável por não possibilitar o cálculo proposto para formulação da regra moral universalizável. Por outro lado, se a utilidade for conceituada como ação concreta, quer dizer, considerando-se as preferências experimentadas pelos indivíduos através dos seus interesses, de uma forma qualitativa para suas escolhas que basearão suas tomadas de decisão, o utilitarismo é criticado por defender a uma definição de felicidade sem sentido.

Outra crítica feita ao utilitarismo se refere à questão de saber se ele caracteriza-se como uma teoria de cunho descritivo, como em Hume, isto é, baseada na idéia de motivação humana, ou uma ética imperativa, como em Bentham, Mill ou Sidgwick, admitindo a necessidade da prova do critério adotado. Desde o surgimento do utilitarismo como teoria da moral fundada no princípio de utilidade, surge a questão da prova do caráter axiomático do referido princípio. Em torno desta questão, ou seja, da necessidade da prova, surge o debate sobre o utilitarismo, em consequência de uma confusão lógica acerca da facticidade e da validade de tal princípio. Outra observação ainda feita sobre o utilitarismo, pergunta pela possibilidade a esclarecer a natureza do imperativo moral inerente à utilidade, se individual ou coletiva, e se após o cálculo proposto por ele resulta um saldo a favor das satisfações em

relação aos desfavorecimentos de cada indivíduo, validado igualitária e imparcialmente (Cfr. VAN PARIJS, 1997).

Assim, o utilitarismo apresenta-se como uma teoria moral que tem a pretensão de prescrever a universalização da máxima individual. Logo, a ação moralmente correta é aquela que tem como consequência a geração da maior felicidade para o maior número de indivíduos. Tal objetivo, fundado na prescrição universal da regra moral, não se dá de forma natural, mas a partir de sanções que condicionam a ação dita moral, tendo como pressuposto fundamental o princípio de utilidade. Para Bentham:

Existem quatro fontes distintas, das quais costumam derivar o prazer e a dor; consideradas em separado, podemos designá-las como fonte física, fonte política, fonte moral e fonte religiosa. Na medida em que os prazeres e as dores pertencentes a cada uma delas são capazes de emprestar a qualquer lei ou regra de conduta uma força obrigatória, todas elas podem ser denominadas sanções¹ (BENTHAM, 1979, p. 13).

De outra forma, podemos dizer que o utilitarismo caracteriza-se como um consequencialismo, (“o valor de uma ação provém inteiramente do valor de suas consequências”, Cfr. BLACKBURN, 1997, p. 73) posto que o mesmo avalia a ação a partir o que tal ação promove. Refuta ou nega peremptoriamente o aspecto ou a via deontológica, na qual a ação é avaliada a partir de princípios independentes para ter validade moral. Assim, a questão que ai se apresenta é identificar que tipo de ação é susceptível à avaliação de suas consequências. Se a ação se caracteriza como de cunho individual, admitindo-se ai as infinitas possibilidades, as consequências decorrentes de cada possibilidade devem estar a serviço de nosso bem-estar. O que nos conduz admitir como ações válidas ou úteis do ponto de vista moral, muito embora tais ações discordem de intuições morais aceitas tradicionalmente, como por exemplo com relação à mentira, a promessa, o sigilo, etc. (utilitarismo do ato). Assevera Frankena:

Os ato-utilitaristas sustentam que, em geral, ou pelo menos quando praticável, deve-se decidir quanto ao que é certo ou obrigatório por apelo direto ao princípio de utilidade, isto é, tentando estabelecer qual das possíveis ações produzirá ou é de se esperar que produza no universo a maior porção de bem em relação ao mal. A pessoa deve perguntar: “ Qual será o efeito de eu praticar este ato nesta situação, relativamente ao

¹ Sanctio, em latim, era usada para significar o ato de ligar e, por efeito de uma transição gramatical comum, tudo o que serve para ligar uma pessoa – isto é, ligá-la à uma observância deste ou daquele modo de conduta.(...) Portanto, uma sanção é uma fonte de poderes obrigatórios ou motivos, de dores e prazeres; os quais, conforme estiverem relacionados com estes ou aqueles modos de conduta, atuam como motivos, sendo na verdade as únicas coisas que podem atuar como tais.(N. do A).

equilíbrio geral do bem em relação ao mal?”, e não “Qual o efeito de todos praticarem esta espécie de ato nesta espécie de situação, em relação ao equilíbrio geral com referência ao mal?”... Jamais será acertado observar a regra de dizer a verdade, se tivermos outras e boas razões para acreditar que, face ao caso específico, não dizer a verdade concorreria mais efetivamente para o maior bem geral – assim como jamais será acertado dizer que todas as gralhas são negras na presença de uma que não o seja. (FRANKENA, 1975, p. 50)

Neste modelo de utilitarismo pode-se incluir os nomes de Jeremy Bentham, Moore e John Stuart Mill, que foram e são criticados acerca de uma suposta impossibilidade para consolidação de um critério universal da ação dita moral segundo esse modelo.

Assim, na contemporaneidade, surge uma proposta de utilitarismo, chamado *o utilitarismo da norma* ou normo-utilitarismo, cuja pretensão é superar as dificuldades mencionadas anteriormente. Este utilitarismo da norma ou regra defende ou propõe que devemos agir especificamente observando uma determinada regra, e que a escolha se deva efetivar a partir da regra que produza o maior bem possível em comparação com uma regra alternativa. Para Frankena:

O normo-utilitarismo corresponde a um ponto de vista bem diverso, que também tem sido atribuído a Stuart Mill e que vem merecendo favor recentemente. Como o normo-deontologismo, ele acentua a importância das regras na moral e insiste em que, de modo geral, se não sempre, devemos tomar uma atitude específica em função de uma regra, como a de dizer a verdade, e não indagando que particular atitude terá as melhores conseqüências na situação em causa. Mas, diversamente do deontologismo, o normo-utilitarismo acrescenta que sempre devemos pautar nossas ações pelas regras capazes de promover o maior bem geral para todos. Em outras palavras, a questão não é saber qual a ação, mas qual a regra de maior utilidade. (FRANKENA, 1975, p.51)

1.1 Os precursores do utilitarismo

O utilitarismo enquanto teoria moral surge e, de certo modo, domina e centraliza os grandes debates éticos por mais de um século, tendo como ápice o período compreendido entre 1740 e 1870. Identificando-se com ou sendo a própria filosofia moral britânica, que apesar de sofrer influência tais como a de Beccária, Helvétius, expressamente confessadas por Jeremy Bentham, ressentem-se mais fortemente das influências do pensamento de Thomas Hobbes e David Hume e menos de outras quaisquer influências importadas de fora desse âmbito da tradição eminentemente do empirismo anglo-saxão. Nas palavras de Maruyama:

O pensamento utilitarista é uma das principais matrizes das idéias políticas e econômicas dominantes há mais de um século. Quem se interessa por história das idéias vincula essa matriz ao legado intelectual de John Stuart Mill e Jeremy Bentham. Mas o próprio Bentham nunca pretendeu que suas teorias sobre a utilidade como princípio das ações, fundamento da moral e guia da legislação fossem totalmente originais. Ele mesmo se apresentou como herdeiro de uma tradição que passa pelas contribuições do inglês John Locke e do francês Claude-Adrien Helvétius. (MARUYAMA, 2005, p.13)

Se buscarmos na tradição filosófica, registra-se já na Grécia antiga os debates que, com a sucessão no tempo, proporcionaram os elementos originais do debate conceitual para a consolidação do utilitarismo como teoria da moral a partir de Bentham. Para Gonçalves:

O movimento filosófico, conhecido como utilitarismo, remonta a teorias da antiguidade, como o epicurismo, que já elaborava critérios para a seleção dos prazeres, sugeria a classificação dos prazeres em inferiores e superiores e a indicação do útil e do agradável como determinante da felicidade e, conseqüentemente, da vida virtuosa. (GONÇALVES, 2008, p.23)

Na história da tradição filosófica vamos encontrar como um dos primeiros registros acerca da corrente dita hedonista, com a fundação pela figura do pensador antigo chamado Aristipo de Cirene (435-355 a.c.), de sua escola, chamada de hedonística ou cirenaica, segundo a qual defendia que o único fim ou bem a ser buscado pelos seres humanos é o prazer, sendo o mesmo a fundamentação maior como caracterização do sentido de vida com relação às obrigações mundanas e seus desdobramentos.

No rastro de toda essa tradição, vamos nos deparar com a figura do grego Epicuro (341 ou 342 a.c. – 271 ou 270 a.c.), que sensibilizado pelas teses da Escola Cirenaica ou Hedonística, constrói sua escola de pensamento, dita Escola Epicurista, escola esta, que preconiza ou estabelece que o prazer é o foco maior a ser buscado acerca das condutas humanas. Coloca Epicuro, que tal busca deve ser feita levando-se em consideração a racionalidade humana, logo, segundo ele, diferentemente dos animais, os homens não devem buscar o prazer pelo prazer, ou seja, instintivamente, mas observar através da sua conduta se essa busca é capaz de lhe proporcionar a maximização desse prazer, e, tendo como resultado de tal ação a minimização da dor ou sofrimento, considerando também, que nem toda dor deve ser condenada. Nas palavras de Epicuro:

Chamamos ao prazer princípio e fim da vida feliz. Com efeito, sabemos que é o primeiro bem, o bem inato, e que dele derivamos toda a escolha ou recusa e chegamos a ele valorizando todo bem com critério do efeito que nos produz. (EPICURO, 1980, p. 17)

Já aqui em Epicuro, registramos a classificação dos prazeres em quantitativos e qualitativos, atribuindo maior valia aos prazeres ligados ou comprometidos com a sabedoria e às “sensações da alma”, e de menos valia os prazeres ditos animais ou instintivos, sendo estes comprometidos ou limitados às sensações ou percepções baseadas nos cinco sentidos, por isso mesmo, baseados na somaticidade ou materialidade. Neste sentido, Epicuro dá um passo a mais com relação à Escola Cirenaica, no sentido de privilegiar a dimensão qualitativa em detrimento da dimensão quantitativa com relação à busca do prazer, como possibilidade condicionadora do fim último que os seres humanos devem, e, efetivamente o buscam, a partir de então na tradição hedonista que começa a se configurar, qual seja: a felicidade. Nas palavras do mestre do epicurismo:

E como o prazer é o primeiro e inato bem, é igualmente por este motivo que não escolhemos qualquer prazer; antes, pomos de lado muitos prazeres quando, como resultado deles, sofreremos maiores pesares; e igualmente preferimos muitas dores aos prazeres quando, depois de longamente havermos suportado as dores, gozamos de prazeres maiores. Por conseguinte, cada um dos prazeres possui por natureza um bem próprio, mas não deve escolher-se cada um deles; do mesmo modo, cada dor é um mal, mas nem sempre se deve evitá-las. Convém, então, valorizar todas as coisas de acordo com a medida e o critério dos benefícios e dos prejuízos, pois que, segundo as ocasiões, o bem nos produz o mal e, em troca, o mal, o bem. (EPICURO, 1980, p.18)

Vale ressaltar já aqui nesta fase inicial do trabalho, a grande e injusta idéia e/ou juízo acerca da tradição hedonista que se consolidou ao longo do tempo, que entende o prazer como conceito egoísta e incoerente, que se a uma volubilidade desmedida e insaciável; preconceito este que uma leitura mais atenta da obra de Epicuro poderia facilmente ser desfeito. A seguinte citação nos ajudará a compreender melhor o que foi dito:

Quando dizemos, então, que o prazer é fim, não queremos referir-nos aos prazeres dos intemperantes ou aos produzidos pela sensualidade, como crêem certos ignorantes, que se encontram em desacordo conosco ou não nos compreendem, mas ao prazer de nos acharmos livres de sofrimentos do corpo e de perturbações da alma. (EPICURO, 1980, p. 18)

Assim, fica claro que já em Epicuro, e no epicurismo, se percebe uma preocupação seletiva dos prazeres, sejam estes inferiores ou superiores; as idéias do útil e do agradável como condicionante da dita felicidade, que teria como finalidade a vida virtuosa.

Hobbes (Malmesbury, 5 de abril de 1588 – Hardwick Hall, 4 de dezembro de 1679), matemático, teórico político e filósofo inglês, com sua visão empirista do conhecimento e sua

concepção materialista do homem e do mundo, contribui de forma importante para o processo de construção da teoria que logo, se chamará de utilitarista. Já neste momento, coloca Hobbes a oportunidade de utilizar-se um cálculo de conseqüências com relação às ações, tanto de médio, como de longo prazo e, assim como já citado acima na obra de Epicuro, relata que ações que num primeiro momento mostram-se boas, podem num futuro relativo revelarem-se más. Relativamente aos juízos de valor através dos quais chega-se às normas, diz que tal valor não reside nas coisas em si, mas nas relações entre tais e os indivíduos e seus desejos, individuais e coletivos. Para Hobbes:

Dado que a constituição do corpo de um homem se encontra em constante modificação, é impossível que as mesmas coisas nele provoquem sempre os mesmos apetites e aversões, e muito menos é possível que todos os homens coincidam no desejo de um só e mesmo objeto. Mas seja qual for o objeto do apetite ou desejo de qualquer homem, esse objeto é aquele a que cada um chama bom; ao objeto de seu ódio e aversão chama mau, e ao de seu desprezo chama vil e indigno. Pois as palavras “bom”, “mal” e “desprezível” são sempre usadas em relação à pessoa que as usa. Não há nada que o seja simples e absolutamente, nem há qualquer regra comum do bem e do mal, que possa ser extraída da natureza dos próprios objetos. (HOBBS, 1979, p. 33)

Assim, no decorrer do tempo o utilitarismo se configura como uma teoria clara e fundamentalmente teleológica de fácil constatação, através de seu interesse pela conquista “natural” do prazer e refutação das possíveis penalidades impostas pela moral. No caso de Hobbes, defende que a predominância na natureza era a propensão à sua conservação individual, logo de base egoísta, e não o bem comum ou utilidade pública. A partir disso, o que vem à baila em termos dos debates dos diversos autores neste momento, tem como marco a crítica ou mesmo discordância de Richard Cumberland a Hobbes, no sentido de que segundo Cumberland, a ação considerada boa é a que promove o bem comum, e que a natureza humana tem a propensão à ação benevolente ou simpática como característica predominante. Segundo Gonçalves:

O pensamento de Richard Cumberland também se aproxima do utilitarismo, mostrando que a ação boa é a que tende a promover o bem comum, uma vez que, para ele, o bem comum é maior que o bem privado. Outro elemento importante de seu pensamento é a idéia de que a felicidade individual está ligada à felicidade coletiva, o que é o reconhecimento da propensão humana à simpatia, responsável pela ação benevolente. Cumberland, além de acreditar na existência de um princípio que deva direcionar o ato moral, mostra que todo ato moral tem relação com a punição ou recompensa associadas a ele e que a ação útil é aquela que está de acordo com a natureza humana. (GONÇALVES, 2008, p. 24)

Já Cumberland propõe originalmente o princípio de utilidade como base essencial da lei da natureza, com matiz fundamentalmente religiosa. Através da concepção acerca da natureza humana, Cumberland correlaciona-a à utilidade ou não do ato dito moral, ao estar tal ato de acordo ou não com tal concepção. Ele afirma que a busca do bem máximo a que devemos buscar, isto é, a felicidade, e esta estar alicerçada na sua própria utilidade enquanto forma individual necessária para construção da felicidade coletiva, ou, dita de outra forma, satisfazendo à condição sine-qua-non do princípio da utilidade, qual seja, a benevolência necessária à satisfação deste fim maior e último a que almejamos, através da condução de tal processo dando-se de forma racional. Para Sidgwick:

Cumberland é um pensador não somente original como também abrangente, que proporcionou material a mais de um moralista conhecido...De qualquer modo ele é notável por ter sido o primeiro a dizer que o “bem comum de todos” é o fim e padrão supremos, em subordinação aos quais todas as outras regras e virtudes devem ser determinadas. Até onde ele pode ser, com justiça, chamado o precursor do utilitarismo posterior. Seu princípio fundamental e supremo, a “lei da natureza”, no qual são implicitamente incluídas todas as outras leis da natureza, é declarado da seguinte maneira: “A maior benevolência possível de todo agente racional para todo o restante constitui o estado mais feliz de cada um, até onde depende do seu próprio poder e é necessariamente requerido para a felicidade deles; conseqüentemente, o Bem Comum será a Lei Suprema. (SIDGWICK, 2010, p. 170)

A partir desta concepção de natureza referida acima, encontramos a contribuição de John Locke (1632 –1704), filósofo inglês e ideólogo do liberalismo, considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social. Ele contribuiu para a construção da teoria utilitarista quando se referindo aos atos ditos morais e o “estado de natureza”, como pressupostos das ações do cotidiano humano, que deve seguir não só as normas ou leis baseadas no modo humano de ser, mas resulta também de estar ela fundamental e essencialmente atrelada às leis naturais ou da natureza. Ainda em Locke, encontramos elementos que podem ser concebidos como caracteristicamente consequencialistas, sobretudo no que tange à relação entre o bem e mal, certo e errado, observando o autor que as conseqüências resultante de tais escolhas, se apresentam sob o as aspectos do prazer ou da dor. Segundo Locke:

Como foi mostrado, o bem e o mal nada mais são do que prazer ou dor, ou o que ocasiona ou provoca em nós o prazer ou a dor. O bem e o mal moral consistem, pois, apenas no acordo ou desacordo de nossas ações voluntárias com certa lei, por meio da qual o bem e o mal nos são impostos pela vontade

e poder do legislador. O bem e o mal, ou o prazer e a dor, implicando nossa obediência ou nosso rompimento com a lei decretada pelo legislador, são o que denominamos prêmio e castigo.(LOCKE,1978, Pg. 215)

A partir de então, o conceito de utilidade juntamente com questão relativa à associação aos aspectos individuais e coletivos na busca da felicidade comum desejável para todos os seres humanos, assenta-se como foco principal da filosofia iluminista; muito embora esse desdobramento não tenha contribuído para a consolidação da originalidade da teoria utilitarista. É creditado a Francis Hutcheson (1694 – 1746), teólogo presbiteriano e filósofo irlandês, que ficou conhecido através de suas teses acerca da ética, dentre às quais podemos destacar a “teoria do sentimento interior da moralidade”(*moral sense*) e também por ter inspirado a figura de Adam Smith, do qual foi professor, na formulação original do princípio de utilidade, que reza: “ a melhor ação é a que proporciona a maior felicidade para o maior número; e a pior, aquela que, da mesma maneira, ocasiona o sofrimento” (GONÇALVES, 2008, p.25), apesar de que em suas considerações não leve em conta a questão da origem da virtude e da felicidade. O mesmo defende uma filosofia do progresso comum, através da cooperação como base dos relacionamentos humanos. Faz uso da concepção de bem-estar fundado na indissociabilidade do mesmo com relação à individualidade/coletividade, resultando daí uma sociedade livre que busca a maior liberdade individual possível, que desemboca inevitavelmente na liberdade coletiva também maximizada, atingindo o ápice ou o que ele chama de felicidade comum. Segundo Sidgwick:

No centro desta distinção, Hutcheson converte-se do ponto de vista de Shaftesbury para o utilitarismo tardio. Quanto à bondade “material” das ações, ele adota explícita e irrestritamente a fórmula depois tomada como fundamental por Bentham; assegurando que “esta ação é melhor ao que obtém a maior felicidade pelos maiores números e a pior ao que de uma maneira semelhante causa miséria”. Consequentemente, seu tratamento dos direitos e deveres externos, embora decididamente inferior em clareza metódica e precisão, não difere fundamentalmente do de Paley ou Bentham; ele apenas põe maior ênfase na tendência imediata das ações à felicidade dos indivíduos e assim frequentemente se refere de um modo meramente adicional ou restritivo as suas tendências em relação à felicidade geral. (SIDGWICK, 2010, p. 194)

Oriundo da teologia encontramos também a figura de John Gay (1685 – 1732), na contribuição para o pensamento utilitarista, que, com seus estudos da Bíblia, argumentava a favor do critério da vontade divina como única base para o bem agir moral, concluindo que o desejo de Deus era que o homem buscasse não só a sua felicidade individual, mas a felicidade geral ou humana. Assevera Gonçalves:

Por sua vez, John Gay (Branstaple, Condado de Devon, 30 de junho de 1685 – Londres, 4 de dezembro de 1732), funda o chamado utilitarismo associacionista. Para o autor, o ser humano persegue o prazer e evita a dor e mais ainda, é capaz de antecipar tais sentimentos com o objetivo de atuar em suas causas. Mostra que uma idéia geral de virtude é necessária para conhecer se uma ação particular é virtuosa ou não. Mas o que marca realmente o traço utilitarista de Gay é sua consideração sobre a capacidade de o agente decidir sobre a moralidade ou não de uma ação, a partir de um cálculo das consequências esperadas dessa ação. (GONÇALVES, 2008, p.25)

Ao final do século XVIII, David Hume Edimburgo, (1711-1776) filósofo, historiador e ensaísta escocês, era reconhecido como fundador da teoria moral da utilidade através da sua obra “Investigação Concernente aos Princípios da Moral”, na qual estabelece um sistema de moralidade e utilidade dos sentimentos humanos, sem levar em conta comandos de ordem divina, em contraposição a isso, caminha na direção da resposta dessa questão, à qual Halévy denominou de princípio da fusão dos interesses, identificando-a no conceito de simpatia, a partir do qual ele propõe explicações tanto no “Tratado”, quanto na “Investigação”. Argumenta também sobre um modo ou uma “aritmética moral” para calcular a melhor consequência possível, chegando assim a olhar a origem das virtudes em termos de sua contribuição útil. Assim, assume Hume que a idéia de que a explicação dos princípios morais deverá ser buscada na utilidade que eles tendem a promover, onde fica clara a influência sofrida de seu professor Hutcheson, e, sendo posteriormente reconhecido até mesmo pelo próprio Jeremy Bentham, que diz: “senti como se escamas tivessem caído dos meus olhos”, ao falar do resultado ou consequência da leitura do “Tratado” de David Hume.

Para Hume, a emoção que, espontânea ou naturalmente, experimentamos advindas do processo de observação da felicidade ou infelicidade alheia, torna-se diretriz para agirmos no mundo de forma moral universalmente aceitável. Mas, existe até os nossos dias, um grande debate acerca de se Hume era ou não, no sentido pleno da palavra, um utilitarista, principalmente devido a que com ele, o principal conceito do utilitarismo, qual seja, a utilidade, não era idêntico ao admitido pelo utilitarismo clássico, como na comparação com o conceito de Bentham, pois que em Hume este carece de precisão. Diferentemente de Bentham, para Hume o principal compromisso da filosofia moral não residia na natureza prescritiva do como se *deve* agir ou fazer, mas na natureza descritiva do que é. Assim o princípio de utilidade não se constitui como direcionamento para o agir moral, ratificando com isso a sua distância do objeto do utilitarismo clássico. Segundo Peluso:

Vimos como Hume realiza uma contribuição crucial à história do

utilitarismo ao desenvolver e aplicar a distinção(já avançada por Francis Hutcheson) entre utilitarismo do ato e utilitarismo da regra. Contemplamos por outro lado como o conceito de utilitarismo desempenha funções construtivas dentro da teoria política de Hume(orígem da justiça, manutenção desta e surgimento das instituições políticas governamentais) e também desconstrutivas(crítica do contratualismo e solução do problema dos limites da obediência política). Tudo isto deveria bastar para considerar David Hume como um autor utilitarista. (PELUSO, 1998, p. 48)

Encontram-se ainda, entre os que contribuíram para a formação do pensamento utilitarista, Richard Price, (1723-1791), que via no interesse público a razão última do ato moral, colocando-o acima, inclusive, dos interesses baseados nas relações de amizade ou qualquer outra de vínculo particular e William Paley, que a partir do referencial religioso, considerava a regra moral da utilidade como uma obrigação, uma vez que somente essa poderia promover a felicidade geral e assim corresponder à vontade divina. Para Paley, Deus espera que todos contribuam para a promoção da felicidade da humanidade. Salienta Sidwick:

Contudo, a primeira construção de um sistema completo e tolerável nesta base se encontra nos *Principles of Moral and Political Philosophy* (1785) de Paley...As ordens de Deus devem ser averiguadas “a partir das escrituras e da luz da natureza combinadas. Paley, no entanto, afirma que as escrituras foram concedidas menos para ensinar a moralidade do que ilustrá-las por meio do exemplo e obrigá-la por novas sanções e maior certeza; e que a luz da natureza torna claro que Deus deseja a felicidade das suas criaturas. (SIDGWICK, 2010, p. 222)

Outra figura incontestada com relação à sua contribuição rumo à construção do paradigma utilitário, é Helvétius (1715-1771), filósofo e literato francês. Notadamente influenciado por John Locke e Condillac, levou a cabo a sua pretensão de estender o paradigma empirista ao campo moral. Com seu materialismo baseado fundamentalmente nas afecções dos sentidos ou nas sensações, afirmava que toda e qualquer reflexão estava baseada nos mesmos, tendo como resultado a igualdade entre os homens, que poderiam ter as mesmas aspirações. Trazia no bojo de suas afirmativas, que todo comportamento humano teria origem no interesse, o qual, seria o meio para a busca e conquista do prazer e eliminação da dor. Pregava Helvétius que a base que faria com que os homens melhor lhe dessem com o interesse seria a educação, à qual, a partir da análise mais consciente da relação entre os interesses individuais e coletivos pudessem até mesmo num momento serem coincidentes. Nas palavras de Helvétius:

Vou examinar, neste discurso, como a natureza e a educação influem sobre o espírito; para tanto, devo inicialmente determinar o que se entende pela palavra natureza. Esta palavra pode provocar em nós a idéia confusa de um ser ou uma força que nos dotou de todos os sentidos: ora, os sentidos são as fontes de todas as nossas idéias; privados de um sentido, estamos privados de todas as idéias que lhe são relativas; um cego de nascença não tem, por essa razão, idéia alguma das cores. É portanto evidente que, nessa significação, o espírito deve ser considerado inteiramente como um dom da natureza. (HELVÉTIUS, 1979, p. 235)

Helvétius é considerado por alguns como o “verdadeiro” pai do utilitarismo, o que, de certa forma, ficou registrado pelo próprio Bentham. Afirmava que do mesmo jeito que o universo físico está sujeito às leis do movimento, o universo moral está sujeito às leis do interesse.

As paixões são na moral o que o movimento é na física: cria, destrói, conserva, anima tudo; sem ele só há morte. São elas também que vivificam o mundo moral.... A conclusão geral daquilo que disse sobre a origem das paixões é que a dor e o prazer dos sentidos fazem os homens agir e pensar e são os únicos contrapesos que movem o mundo moral. (HELVÉTIUS, 1979, p.255 e 267)

Fica clara assim, a relevância de Helvétius para a construção da teoria utilitarista, por fundamentalmente questionar e refletir acerca da relação individual/coletivo com relação aos interesses aí envolvidos. Para Helvétius, para que se possa agir no mundo de forma moralmente aceitável, tem que se levar em consideração a questão consequencial decorrente da referida ação.

Helvétius interpreta a tarefa do legislador nos termos de um artífice que, através de punições e recompensas, faz com que o interesse próprio coincida com o interesse geral (PELUSO, 1998, p.17), diz Helvétius:

...ligar o interesse geral com o pessoal. Essa união é o princípio fundamental que os moralistas devem propor a si mesmos. Se os cidadãos não pudessem buscar sua própria felicidade individual sem promover a felicidade pública, não haveriam de existir indivíduos maldosos, mas sim tolos; portanto, toda a arte do legislador consiste em forçar[os homens] por meio do amor próprio, a serem sempre justos uns com os outros.

O debate precursor do utilitarismo gerou repercussões inovadoras como por exemplo no campo da justiça, com relação aos delitos e às penas com Beccaria. Essa fórmula, *la massima felicità divisa nel maggior numero*, teria sido enunciada por Cesare Beccaria (Beccaria, Cesare; “Dei Delitti e delle pene”, 1764, Introd.). (PELUSO, 1998, p. 18) Bentham incorpora essa máxima na construção do seu princípio de utilidade.

1.2 O Utilitarismo Clássico

O utilitarismo é considerado como a teoria moral que fundamenta as teorias econômicas a partir das quais se desenvolveu todo o ideário [visão de mundo] da sociedade do capitalismo liberal do século XVIII, tendo contudo, antecedentes em Epicuro e Aristóteles, por exemplo. Do ponto de vista histórico, o utilitarismo é uma corrente do pensamento ético, político e econômico da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Quem reivindica a originalidade da palavra utilitarista (*utilitarian*) em 1812 é John Stuart Mill. Muito embora Mill tenha contribuído muito para a propagação de tal conceito, é atribuído a Jeremy Bentham o primeiro registro de tal conceito em 1781. A tradição utilitarista desde suas raízes precursoras mais longínquas, prega ou considera que para se avaliar uma ação acerca do benefício ou malefício, necessário se faz analisar as conseqüências da ação em questão. Tal ação será dita certa ou boa, segundo a tendência que tenha a promover o maior bem, prazer, ou em última instância, a felicidade para o maior número de pessoas e, errada ou má, segundo a tendência a promover dor ou infelicidade. Para Bentham:

A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos. (BENTHAM, 1979, p. 3)

O utilitarismo busca novas perspectivas acerca da imagem do mundo, na medida em que propõe a quebra de tradições e condicionamentos tanto culturais, quanto religiosos. Tinha como característica focar a maximização de vantagens humanas individualizadas, sendo, por isso mesmo, alvo de severas críticas desde seu surgimento. Tais críticas sendo direcionadas às duas figuras exponenciais do utilitarismo, Jeremy Bentham e John Stuart Mill, que sendo de cunho eminentemente superficial, nem de longe espelham a verdadeira originalidade da teoria utilitarista e, deixando como resultado de tais críticas uma imagem distorcida do que se pode assertivamente afirmar acerca do utilitarismo.

Na verdade, uma investigação mais aprofundada acerca da teoria utilitarista, constata que tal teoria carece de uma maior, melhor e mais justa abordagem, a fim de elucidá-la e, com isso, libertá-la de conclusões senão superficiais, mal intencionadas. Na verdade, o utilitarismo é uma das teorias ético-políticas pior estudadas e compreendidas ao longo do tempo. (PELUSO, 1998, p.131).

Não obstante, a teoria utilitarista centralizou e dominou a filosofia moral por dois séculos. Com suas proposições e modos de tratar as questões acerca da moralidade humana no sentido do agir no mundo, persegue a maximização do bem ou a felicidade ao lançar novos olhares para as normas e suas motivações, buscando chegar à universalização da regra moral. No intuito de responder à questão de como se deve agir no mundo, a teoria utilitarista busca a partir dos interesses e necessidades individuais, fazer com que os mesmos possam coincidir com os interesses coletivos, isto é, um critério moral universal para a ação.

Consideradas as diversas contribuições e influências que historicamente ajudaram a consolidar o que posteriormente seria chamada de teoria utilitarista, a formulação do princípio de utilidade como único fundamento da moral surge com Jeremy Bentham, na Grã-Bretanha do século XVIII, que contemporaneamente a James Mill, J. Stuart Mill, H. Sidgwick, W. Paley, T. R. Malthus, A. Smith e David Ricardo, dedicavam-se à reflexão filosófica dentro desse contexto. Esses intelectuais convergiam em suas reflexões no que tange ao debate envolvendo as questões da sociedade de seu tempo como a pobreza e o sofrimento das pessoas e eram co-partícipes no propósito de dotar a sociedade de uma estrutura de organização na qual fosse possível proporcionar a felicidade para o maior número de pessoas. Tal proposta vai ao encontro dos pressupostos liberais que compõem o referencial iluminista, baseado na racionalidade e visa uma integração entre o indivíduo e a sociedade, tendo como objetivo final sempre o melhor resultado possível de se alcançar, tanto para o indivíduo quanto para a coletividade.

Por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou a comprometer a referida felicidade. Digo qualquer ação, com o que tenciono dizer que isto vale não somente para qualquer ação de um indivíduo particular, mas também de qualquer ato ou medida de governo.² (BENTHAM, 1979, p. 4)

² A esta expressão acrescentei ultimamente – substituindo até a primeira – esta outra: a maior felicidade, ou o princípio da maior felicidade; isto por amor à brevidade, ao invés de expressar-me assim longamente: “o princípio que estabelece a maior felicidade de todos aqueles cujo interesse está em jogo, como sendo a justa e adequada finalidade da ação humana, e até a única finalidade justa, adequada e universalmente desejável; da ação humana, digo, em qualquer situação ou estado de vida, sobretudo na condição de um funcionário ou grupo de funcionários que exercem os poderes de governo”. A palavra “utilidade” não ressalta as idéias de prazer e dor com tanta clareza como o termo “felicidade” (*happiness, felicity*); tampouco o termo nos leva a considerar o número dos interesses afetados; número este que constitui a circunstância que contribui na maior proporção para formar a norma em questão – a norma do reto e do errado, a única que pode capacitar-nos a julgar da retidão da conduta humana, em qualquer situação que seja. Esta falta de uma conexão suficientemente clara entre as idéias de felicidade e prazer, por uma parte, e a idéia de utilidade, por outra, tem constituído mais de uma vez, para certas pessoas – conforme pude constatar -, um obstáculo para a aceitação do princípio acima, aceitação que, de outra forma, possivelmente não teria encontrado resistência. (N. do A. em julho de 1822.)

Vê-se então, que o utilitarismo como movimento filosófico, também conhecido como moralismo britânico, pensamento radical, liberalismo clássico ou positivismo inglês, desde o seu nascedouro estava preocupado com as questões sociais e políticas, no sentido de refletir, ou mesmo e, fundamentalmente, repensar as bases da sociedade, que se tornava naquele momento industrial, mas que agregava em si as marcas indisfarçáveis da pobreza e, conseqüente miséria humana causadora de altos graus de sofrimento da população. O utilitarismo então, com o intuito de erradicar tais conseqüências, ou seja, erradicar a miséria, propõe políticas públicas através da criação de instâncias sociais que redefiniriam a organização social, no sentido da transformação dos pobres em agentes sociais produtivos, o que Jeremy Bentham, como expoente máximo desta teoria, justificava ser a única saída, e que o combate à miséria seria o móbil do agir no mundo de todos os indivíduos bem-sucedidos na sociedade (PELUSO, 1998, p. 13). Para Ferrater Mora:

O utilitarismo inglês foi chamado amiúde de “radicalismo filosófico” (philosophical radicalism). Para promover essa tendência, Jeremy Bentham fundou em 1824 a Westminster Review. Bentham considerou que o utilitarismo está a serviço de uma reforma da sociedade humana: de sua estrutura política – que devia ser basicamente liberal e democrática – e de seus costumes. A base da reforma da sociedade é o reconhecimento de que – como escreveu Bentham – “a natureza colocou-nos sob o domínio de dois soberanos: o prazer e a dor.”(FERRATER MORA, 1998, p. 693)

Bentham tem o mérito de sintetizar todas as contribuições dos pensadores anteriores a ele no debate precursor do utilitarismo e incorporá-las na construção de sua teoria utilitarista, principalmente do materialismo francês, fazendo das mesmas uma ferramenta radical de crítica à sociedade da época, com seus problemas nas várias dimensões, seja na política, na economia ou na filosofia, que serviam de impedimento para obtenção da justiça social e a conseqüente felicidade dos homens. Bentham, através de seu radicalismo, inova fundamentalmente na concepção da justiça penal ao repensar a questão dos delitos e das penas propondo que o caminho a ser seguido era o que levava à utilidade do bem-estar social, sem o caráter vingativo. Reflexos dessa radicalidade benthamiana surgem na esfera da democracia justificada na utilidade pública, concretizada no surgimento do sufrágio universal, além de uma nova visão acerca da relação entre o governo e os cidadãos.

Bentham reconhece em algumas passagens as propostas de pensadores que ele incorporou na construção de sua teoria utilitarista, principalmente do materialismo francês, posto que ele sintetizou muito bem todas estas propostas fazendo das mesmas uma ferramenta radical de crítica à sociedade da época, com seus problemas nas várias dimensões, seja na

política, na economia ou na filosofia, que serviam de impedimento para obtenção da justiça social e a consequente felicidade dos homens. Para Guisán:

Na realidade, a contribuição mais importante de Bentham à filosofia moral foi precisamente a de haver apresentado o esboço de um hedonismo ético universal plausível e reivindicável, que servisse de fundamento legitimador da legalidade estabelecida. Porque efetivamente, o hedonismo ético de Bentham foi realmente universal no sentido pleno do termo...³(GUISÁN, 1992, p. 462)

No entanto, Bentham ao escolher a via normativa para a teoria, cria uma dificuldade, qual seja, o questionamento acerca de sua responsabilidade acerca da chamada “falácia naturalista”. Para isentá-lo de tal responsabilidade, é fundamental ter a percepção de que ele jamais misturou a questão comportamental humana com a questão da construção de um princípio de ação, ou seja, para ele “o princípio da maior felicidade para a maioria como sendo o único fim universalmente desejável” estava em uma dimensão, enquanto que “a felicidade de cada homem que é seu único fim verdadeiro”, fazia parte de outra. Bentham discorre minuciosamente acerca do necessário esclarecimento a ser feito com o fim de distinguir uma máxima da outra, posto que, trata-se, afinal de contas, de dois sentidos para o princípio de utilidade, um baseado na norma e no coletivo, e o outro, baseado na descrição e no particular. Ao tratar de tais “sofismas”, como nomeia Bentham, acerca das críticas que ele sofre na questão dos direitos do homem, que tem a ver também com a questão distributiva, ele demonstra a distorção feita de sua teoria, argumentando sobre a inutilidade dos direitos requeridos na ocasião em que o princípio de utilidade leva às mesmas consequências num lastro bem mais seguro. Uma via de crítica sustentável a ser usada à obra de Bentham, reside na questão de que o mesmo foi impreciso ao conceituar a forma indireta através da qual se objetiva o princípio de utilidade.

Adicione-se a essa questão da concepção psicológica da filosofia de Jeremy Bentham, a sua concepção acerca do que pode ser o supremo bem, o que na sua filosofia tem um caráter hedonista baseado no prazer. Neste sentido as críticas sofridas por ele, não abriram mão de um vislumbre mesquinho da humanidade, limitando os sentimentos a uma objetivação simplista. Neste momento se faz necessário esclarecer que a proposta de Bentham não tinha como foco uma ética individual, mas a elaboração de uma fórmula matemática que

³No original: *Em la realidad, la aportacion más importante de Bentham a la filosofía moral fue precisamente la de haber presentado el esbozo de un hedonismo ético universal plausible y reivindicable, que serviese de fundamento legitimador de la legalidad establecida. Porque efectivamente, el hedonismo ético de Bentham fue realmente universal em el sentido pleno del término...*

possibilitasse ao legislador obter o sucesso desejado tendo como ferramenta o universo de possibilidades humanas. Neste aspecto, o cálculo felicífico a priori, é de cunho individual, tendo o objetivo da maximização do seu prazer e a minimização da dor, ou dito de outra forma, maximizar a satisfação e minimizar a pena. No que tange à essa relação entre o prazer e a pena, Bentham condicionava-as usando os seguintes critérios:

Para um número de pessoas, com referência a cada uma das quais o valor de um prazer ou de uma dor é considerado, este será maior ou menor, conforme as sete circunstâncias...: 1. A sua intensidade. 2. A sua duração. 3. A sua certeza ou incerteza. 4. A sua proximidade no tempo ou longinquidade. 5. A sua fecundidade. 6. A sua pureza. 7. A sua extensão. (BENTHAM, 1979, p. 17)

Através desses instrumentos avalia-se a ação escolhida a partir do prazer ou pena conquistado com base na mesma, multiplicando o valor de sua intensidade pelo valor da duração, seguindo mutiplicando o produto resultante dessa operação pela certeza e a proximidade e, de acordo com esses resultados pode-se classificar os prazeres e as penas em simples e complexos, fazendo a ressalva de que para se darem de forma organizada, o agir humano tem que estar sob os auspícios de sanções variadas que estabeleçam critérios para essa busca do prazer e a proporcionalidade das penas. Segundo Bentham:

Existem quatro fontes distintas, das quais costumam derivar o prazer e a dor; consideradas em separado, podemos designá-las como fonte física, fonte política, fonte moral e fonte religiosa. Na medida em que os parzeres e as dores pertencentes a cada uma delas são capazes de emprestar a qualquer lei ou regra de conduta uma força obrigatória, todas elas podem ser denominadas sanções.(BENTHAM, 1979, p.13)

Essas ferramentas de realização do cálculo felicífico são a base para a criação e execução das leis, visando com isso a maximização da felicidade para o maior número de pessoas. O que se pode dizer a respeito da fragilidade da postura de Bentham, segundo os críticos modernos, reside na sua proposta de associativismo e atomismo social, fragilidade esta compartilhada por todos os seus companheiros do dito utilitarismo clássico. Considera ele a sociedade como a adição de átomos individuais de prazer e dor, na qual a justiça social funciona como o respeito à igualdade das preferências particulares, mas que negligencia a questão da distributividade, tendo como efeito o desrespeito tanto ao caráter do indivíduo e seus direitos, quanto à questão da concepção objetiva do social . Jeremy Bentham e os utilitaristas clássicos, obtiveram resultados muito mais expressivos no campo da economia

política, pelo seus resultados com relação à questão da ordem quantitativa dos dados, utilidades, do que propriamente na realização do desejo de que a teoria utilitarista se firmasse como filosofia moral bem consolidada.

John Stuart Mill, surge como uma figura ímpar na questão da tradição utilitarista, posto que mesmo sofrendo as influências diretas de seu pai, James Mill e Jeremy Bentham, sua filosofia se caracteriza como muito superior ao legado herdado por ele do utilitarismo paterno e demais representantes do utilitarismo. Consegue ele estabelecer coerentemente suas propostas liberal e utilitária, e leva em consideração e mesmo supera a fragilidade deixada por Bentham ao abordar a questão da prova do princípio da utilidade, e a sua concepção do supremo bem ou a felicidade, pois que assume posição distinta da receita do cálculo felicífico de Jeremy Bentham. Para Peluso:

A crítica baseada na felicidade agregada, ou seja na suposta concepção utilitarista de felicidade como um todo não qualificado, que não leva em conta o modo de distribuição do bem estar não afeta, como vimos, nem sequer Bentham e, logo, muito menos ainda Mill, que se definiu a si mesmo e a sua companheira, e mais tarde esposa, harriet Taylor, com um socialista qualificado(a qualified socialist). (PELUSO, 1998, p. 121)

Mas Mill, tanto quanto Bentham, também assume uma postura naturalista no sentido ao considerar a necessidade da prova do princípio de utilidade como uma questão do âmbito da faticidade. A intenção de Mill ao pedir provas do princípio de utilidade era a refutar as idéias do intuicionismo em defesa da razão como carro chefe da ética, sem enganos acerca dos âmbitos da ciência e da ética. Fundamentar uma ação seja no campo moral, prudencial ou estético, requer que a mesma admita a possibilidade de estar sob ditames de uma norma geral que busca um princípio universal continuamente ratificada na prática. O princípio universal a que todas as normas da prática teriam que obedecer leva a que as mesmas guiem a humanidade à felicidade ou, ainda mais, a felicidade para todos os seres dotados de sensibilidade, o que quer dizer, a promoção da felicidade é o supremo bem.

A questão da crítica feita tanto a Bentham, quanto a Mill com relação a falácia naturalista, não tem sentido com relação às dimensões ética e psicológica dos mesmos, têm relação apenas à dimensão epistemológica. Por sua vez, Mill delinea bem a diferença acerca do simples desejo e uma ação espontânea ou entre uma ação baseada no prazer gerada por pura generosidade, e uma ação de cunho eminentemente moral, isto é, que busca através de todas as ferramentas disponíveis objetivar o fim último a ser buscado, qual seja, a felicidade. Neste momento, Mill se distancia tanto de Hume quanto de Bentham no sentido de abrir mão

do egoísmo psicológico e a partir disso trilhar o caminho de negar que o bem-estar restringe-se apenas ao caráter quantitativo dos prazeres e inova ao propor a questão ou concepção acerca do caráter qualitativo dos mesmos. Na visão Sidgwick:

;... uma subordinação inapta da felicidade privada à felicidade geral foi defendida por J. S. Mill que provavelmente fez mais que qualquer outro membro da escola para difundir e popularizar o utilitarismo tanto na ética quanto na política. A maneira, no entanto, pela qual Mill, em seu breve tratado sobre o Utilitarismo (1861), se empenha para induzir o indivíduo a tomar a felicidade geral como o seu fim último, é um pouco complicada e desconcertante. Para começar: ele afirma – ao lado de Hume e Bentham – que “questões de fins últimos não admitem prova, no sentido geral do termo”; ele pensa, porém, que “podem ser apresentadas considerações capazes de determinar o intelecto para dar seu consentimento à doutrina”. As considerações que ele apresenta de fato (no c. iv) em resumo são estas: (1) O que todo homem deseja é prazer (ou ausência de dor) para si mesmo, e ele sempre deseja isso em proporção à magnitude do prazer; (2) a única prova possível de que qualquer coisa é desejável é que as pessoas realmente a desejam; (3) a felicidade de cada pessoa é, portanto, desejável ou um bem em si mesma; (4) a felicidade geral é portanto, um bem ao agrupamento de todas as pessoas. (SIDGWICK, 2010, p. 228)

Henry Sidgwick (1838 – 1900), filósofo e economista inglês, sucessor de Jeremy Bentham e John Stuart Mill dentro da linha do utilitarismo, caminha no sentido de tratar dos problemas apontados pelos críticos do utilitarismo acerca da teoria utilitarista defendida por esses dois expoentes máximos da mesma, dentre os quais, o problema relativo à necessidade de prova do princípio de utilidade. Outro problema tratado por Sidgwick é o da indefinição entre o egoísmo psicológico e ético, sob o prisma da ética enquanto uma esfera da filosofia fundamentalmente dissociada da metafísica. Utilizando conceitos inerentes à ética do senso comum, sidgwick argumenta da possibilidade de sintetizá-los de três vias conciliáveis uma das outras, quais sejam, o intucionismo, o utilitarismo e o egoísmo ético. Tal síntese livre da sanção religiosa, pois que esses conceitos apesar de a priori parecerem contrastantes, em si trazem preocupações comuns acerca da ética, quais sejam: aquilo que se possa julgar para o indivíduo tem a obrigação da mesma possibilidade tornar-se universal, ao passado e ao futuro impõem-se o mesmo valor, a igual consideração de satisfação do indivíduo dentro do universo de possibilidades humanas, e, por fim, que em sendo humano impõem-se a obrigação de almejar o bem. Este *hall* de preocupações permitem estabelecer nos seres humanos uma benevolência universal, que o próprio conhecimento vulgar lança mão para resolver dilemas.

Mas o proprio conhecimento vulgar, embora não confirme o utilitarismo em todos os momentos, aceita que o caminho a ser seguido para resolução desses dilemas é o mesmo do

utilitarismo, isto é, a utilidade para a grande maioria, o qual pode reger as intuições morais. Ademais, o egoísmo ético admite tais vias, a não ser a última, pois que o critério de racionalidade para obtenção do bem não garante a ação moral independente de sanções. Logo, é possível inferir dessa argumentação, uma contradição inviável acerca da razão prática e um limite da filosofia moral, o que segundo Sidgwick, confirma o princípio de utilidade eminentemente como de caráter de benevolência universal.

Não obstante toda esta trajetória, Sidgwick assume uma postura epistemológica afastada da via tanto naturalista, quanto empirista, ao não admitir a falácia naturalista e a conceituação do bem como prazer ou felicidade, e, ao mesmo tempo, e, fundamentalmente, negar tanto o egoísmo psicológico, quanto o associacionismo, fundamentos basilares da teoria utilitarista da motivação desde Hume, que têm como resultado o seu notório e flagrante distanciamento da tradição utilitarista remanescente. Assim, Sidgwick corta a ligação a partir de John Gay e o próprio Bentham, a concepção de uma teoria moral descritiva e normativa, que caracterizava o utilitarismo como uma teoria moral baseada numa visão radical tanto no campo social, quanto político, o que possibilita a que o utilitarismo passe a ser uma teoria independente da via metafísica, política ou social.

Sidgwick acreditava que se fizesse o mesmo pela moralidade de seu próprio tempo e ambiente poderia ser ajudado ao verificar se tinha ou não tinha um sistema de intuições morais. O exame trouxe ajuda à diferença entre as máximas da moralidade do senso comum (até mesmo ao mais forte e mais rígido, por exemplo, veracidade e boa fé) e às intuições (com relação ao dever para com os outros) o que ele já tinha atingido, isto é, o princípio Kantiano e o princípio fundamental do utilitarismo. (SIDGWICK, 2010, p. 274-275)

1.3 O utilitarismo na contemporaneidade

O utilitarismo na idade contemporânea, como não podia deixar de ser, é o reflexo condicionado aos debates acerca da fundação do mesmo enquanto sua pretensão de ser uma teoria da moral com seu fundador, Jeremy Bentham. A partir das críticas feitas acerca do utilitarismo clássico, no século XX o utilitarismo começa a trilhar por novos caminhos que possibilitam um leque de opções destes, e que se pode citar neste leque três vias que se pode afirmar como originalmente consideráveis, quais sejam: o utilitarismo das preferências em contraposição ao hedonismo psicológico, o utilitarismo da norma e o utilitarismo prudencial, muito embora permaneça como traço característico das críticas feitas ao utilitarismo, ainda o foco acerca da visão do utilitarismo quanto ao indivíduo e à justiça.

No utilitarismo contemporâneo o que mais tem sido discutido tem relação com as críticas reiteradas acerca da via hedonista, a postura segundo a qual o princípio de utilidade assume a possibilidade quantitativa e a dificuldade de como se prescrever universalmente a ação. No exemplo de Bentham, ele definia o bem-estar em termos de um estado mental vivenciado no momento em que as escolhas em questão têm a sua satisfação efetivada acerca do objeto pretendido. Com relação a essa proposição quanto ao princípio de utilidade se caracterizar como um estado mental, existe a crítica feita por Nozick, segundo a qual no caso de existir uma máquina que produzisse as condições para que tais satisfações pudessem ser continuamente atendidas, tendo como resultado um bem-estar ininterrupto, não seria esta receita prescrita pelo utilitarismo para a vida das pessoas? Sendo assim, discordando de Bentham e Mill, o utilitarismo na contemporaneidade escolhe conceber o princípio de utilidade de forma mais objetiva, abandonando a subjetividade inerente ao estado mental, adotando a via do princípio da utilidade como a satisfação das preferências e, agumentando a favor do modelo behaviorista acerca do bem-estar. Pretende-se com isso inferir, que as preferências expressas tomam o lugar do estado mental de bem-estar anterior, o que de toda forma não se pode assegurar integralmente, ficando ainda a questão acerca da forma de como se prescrever universalmente. Faz-se então necessário dizer que tais preferências devem ter o caráter consciente, racional e a favorecer o interesse em questão, de maneira informada e prudencial, o que de certa forma redefine a própria concepção conceitual acerca da preferência.

Com relação ao normo-utilitarismo, este vem como pretensão de unificar as conquistas do utilitarismo e as intuições morais ordinárias, que fica claro quando da hipótese da promessa. No momento em que sustenta uma promessa, o adepto do utilitarismo só poderá justificar-se se existir a possibilidade de o mesmo ter assegurada calculadamente a maximização objetiva da utilidade do modo prudencial, o que a primeira vista vai de encontro e se torna paradoxal acerca do sentido que se tem da idéia de promessa e do próprio engajamento moral. Assim, ao olharmos tanto o exemplo da promessa, como qualquer outro compromisso moral, baseia-se num modo individual atrelado à confiança na relação com outros indivíduos, que do ponto de vista utilitarista, com seu cálculo felicífico, só tem sentido através do argumento de que não abrir mão da promessa feita maximizará o bem-estar.

Segundo Mora

É comum distinguir, hoje, entre o “utilitarismo dos atos” (act-utilitarianism) e o “utilitarismo das regras” (rule-utilitarianism). Como os define Smart, “o

utilitarismo dos atos é a opinião de que o correto ou o equivocado de uma ação deve ser julgado pelas consequências, boas ou más, da própria ação. O utilitarismo da regras é a opinião de que o correto ou o equivocado de uma ação deve ser julgado pela bondade ou maldade das consequências de uma regra de acordo com a qual todos deveriam executar a ação em circunstâncias análogas”. Smart afirma haver duas variedades do utilitarismo das regras: uma defendida por Toulmin, a outra por Kant (se se interpretar a máxima de Kant “procede somente segundo a máxima pela qual possas querer ao mesmo tempo que se converta em lei universal”, da seguinte maneira: “procede somente segundo a máxima que, como pessoa humana e benévola, quererias ver estabelecida como lei universal”). (FERRATER MORA, 1998, p. 694)

Segundo o utilitarismo de regra, a ação moral diat boa é aquela baseada no respeito a uma regra estabelecida, isto é, o utilitarismo de regra caracteriza a ação moral através de uma via indireta. Logo, para o utilitarismo de regra se ficar demonstrado que as consequências da escolha de uma determinada regra produza melhores resultados que qualquer outra regra que porventura seja possível escolher, essa será regra a ser seguida. Segundo os especilaistas, pode-se dizer que Bentham e Sidgwick são utilitaristas do ato, enquanto que outros dizem que Mill pode ser classificado com utilitarista da regra. A proposta do utilitarismo da regra pode aproximar-se da proposta Kantiana, admitindo-se regra como condicionada a uma possibilidade, e não um fato. O imperativo categórico de Kant pode quere dizer “Age apenas segundo a máxima que gostarias de (e não que tu queres)ver estabelecida como uma lei universal”, trocando o conceito kantiano de vontade pela via utilitarista da benevolência como geradora dos sentimentos morais, posto que, se significarmos regra a partir da utilidade social, teremos outras consequências. Assim, podemos dizer, que ao escolher um caminho que se afasta da via do egoísmo ético, o utilitarismo da regra surge como uma possibilidade mais aceitável acerca dessa questão. Mas, o que se discute com relação a essa possibilidade do utilitarismo da regra, é que as consequências obtidas através do mesmo possam ser claramente diferenciadas das consequências do utilitarismo do ato, posto que, se em havendo essa diferença, o mais plausível seria adotar uma regra, mas então existe a possibilidade de que as consequências da mesma fujam do espectro utilitarista, o que do ponto de vista do utilitarismo seria inconcebível.

O utilitarismo contemporâneo traz no seu bojo a questão do afastamento do hedonismo, a opção do normo-utilitarismo, o que num primeiro momento configura-se como um avanço com relação ao utilitarismo dito clássico, a questão que se mantém tem relação com sua aplicabilidade, posto a mesma adotar um caráter universalista, necessário é ainda perguntar o que isso quer dizer então?

Segundo Rawls a teoria da escolha racional condicionou a ação moral à individualidade a partir da concepção da mesma acerca do conceito de utilidade, como quando um indivíduo busca a sua satisfação máxima desvinculada do caráter coletivo da sociedade que deve buscar a felicidade geral. Assim a teoria utilitarista Benthamiana trazia no seu bojo problemas de maior amplitude, isto é, a questão da universalização de um princípio baseado numa norma e a questão da dimensão da escolha individual, posto que a mesma propunha a felicidade geral como a soma das utilidades individuais regido pelas sanções sociais e políticas. A bem da verdade, Bentham e seus companheiros do dito utilitarismo clássico, misturaram o egoísmo psicológico com princípio de utilidade, sendo este último norma do legislador. A tradição então, adotou os conceitos de utilidade e utilitarismo no sentido pejorativo quando desconsideraram o caráter coletivo e moral da teoria utilitarista e, ao mesmo tempo, aceita a escolha racional dos indivíduos sem questionamentos acerca das mesmas.

John Harsanay (1920 – 2000), economista húngaro, propõe um utilitarismo dito médio que tem relação com o problema da dimensão da escolha coletiva que se configura como individual quando da imprecisão das consequências. Para ele, com relação à utilidade, o indivíduo teria duas vias, quais sejam, uma pessoal e a outra moral, mas a sua proposta consubstancia explicitamente o problema da intenção de conciliar a racionalidade prudencial e a prescritividade universal, ficando claro da necessidade vital acerca do modo através do qual a partir da primeira pode se chegar à segunda. Quem ajuda nesse caminho dessa compreensão é Hare, que afirma da necessidade de que os desejos em questão são assensos dados a prescrições e que a moralidade assume um fundamento prudencial ao levar em conta os interesses e desejos sob duas condições: a primeira se os desejos são integralmente informados e prudentes, e a segunda se tiverem como consequência uma prescrição universal. Este é o caminho admissível para que o utilitarismo possa calcular objetivamente da forma a que ele se propõe. Assim, torna-se necessário clarear duas instâncias acerca da releção moral, quais sejam, a de caráter intuitivo baseada no código moral e que corresponde ao utilitarismo da regra, e a de caráter crítico baseada no universo de possibilidades obtidas através do cálculo felicífico proposto pelo utilitarismo, chegando-se à prescrição universal para a primeira instância. Para Abbagnano:

O pensador mais importante do utilitarismo (ou neo-utilitarismo) do século XX J. Harsanay. Ao tradicional utilitarismo do ato, segundo o qual uma ação é boa ou ruim segundo contribua ou não para a utilidade comum, Harsanay contrapõe um utilitarismo da norma, segundo o qual uma ação é

boa ou ruim se se conforma ou não a uma norma (ou a uma instituição); mas uma norma (ou instituição) é boa ou ruim segundo contribua ou não para a utilidade comum. Ademais, a fim de dotar os juízos éticos do indispensável caráter de imparcialidade, afirma que um juízo autenticamente moral, ou seja, capaz de eximir-se de considerações egoísticas e levar em conta o interesse de todos, deve prescindir de pontos de vista particularistas (ou seja, da posição efetiva que se ocupa dentro da sociedade) e reportar-se ao chamado princípio de equiprobabilidade, com base no qual o indivíduo tem “uma probabilidade igual de ser colocado no lugar de qualquer um dos membros individuais da sociedade, desde o primeiro indivíduo (suponhamos, o que está na melhor posição social) até o enésimo indivíduo (suponhamos, o que está na pior posição social). (ABBAGNAMO, 2007, p. 1173)

Segundo Hare, a norma moral não é consequência de uma escolha baseada numa vontade psicológica individual, e sim de princípios utilitaristas que dão forma aos nossos juízos de valor e nosso próprio caráter. Com isso Hare nega a via psicológica e possibilita a universalidade necessária para que os cálculos utilitaristas adquiram sentido moral.

A tudo isso some-se uma crítica que podemos considerar como mais contundente ainda, e que talvez mesmo a partir de uma nova perspectiva como esta apontada por Hare, seja difícil que se possa defender o utilitarismo, qual seja, se a ação correta ou justa se dá através da possibilidade de maximização das preferências, como refutar uma possível maioria das preferências de fanáticos racionais? E aí, diz-se que exatamente neste momento a teoria utilitarista falha, isto é, no campo da justiça. A partir de tal questão, ocorre um movimento acerca da filosofia moral contemporânea, resultando num debate que predomina na mesma e que busca um caminho no qual se possa aproximar a racionalidade prudencial e a prescritividade universal.

Em linhas gerais, resta-nos recordar acerca de que o núcleo central da crítica feita à teoria utilitarista gira em torno de qual modo e como o utilitarismo trata a o indivíduo, pois do ponto de vista moral, o mesmo é o sustentáculo da utilidade, mas a ligação entre a utilidade e os demais aspectos de identidade moral estão ausentes. Assim, as aspirações individuais, que determinam a integridade individual e que não permitem avaliações a partir de resultados baseados na utilidade social, passam ao largo da postura neutra e impessoal exigida pela teoria utilitarista. Ou seja, tais aspirações de cunho eminentemente individual, estão sujeitas a serem colocadas em segundo plano em nome da prioridade da felicidade da maioria. Segundo Abbagnamo:

Outras contribuições de destaque para a problemática filosófica do neo-utilitarismo encontram-se em R. M. Hare, que inspirando-se em H. Sidgwick (1838-1900), por ele considerado “o maior dos utilitaristas clássicos”, chega

a uma forma de utilitarismo atento à dimensão (kantiana) da possibilidade de universalização dos juízos morais (Mora Thinking: Its Levels, Method, and Point, 1981; Essays in Ethical Theory, 1989), em J.J. Smart, que propõe uma nova forma de utilitarismo do ato (cf. J. J. Smart-B. Williams, Utilitarianism: for and against, 1973). (ABBAGNAMO, 2007, p. 1173)

Já Rawls vai enfatizar como principal fragilidade da teoria utilitarista, a imprecisão acerca da delimitação entre imparcialidade e impessoalidade. Com relação a isso, Parfit vai chamar atenção acerca do problema dessa consideração de identidade pessoal, e que tal avaliação não leva em consideração a utilidade como sendo resultado de uma via indireta que se supõe para obtenção da felicidade da maioria. E Rawls ainda vai dizer que o utilitarismo atropela exatamente cada possibilidade individual ao não olhar para esse universo de possibilidades únicas uma a uma, ao considerar a questão da satisfação das preferências como coincidentes do ponto de vista individual e coletivo.

Ao que os defensores da teoria utilitarista contra argumentam no sentido de que a utilidade obtida através da supressão de aspirações individuais, justifica-se pelo aumento da maior felicidade na sociedade, posto que é a desutilidade das instituições no seio da mesma, que configura uma postura injusta. Mas é claro que com relação à questão da justiça e suas decorrências o princípio de utilidade configura-se frágil, principalmente com relação à igualdade dos direitos, segundo Rawls. A teoria utilitarista parece ter a alternativa de abrir mão da alternativa dos direitos naturais com relação à consecução da justiça em busca da igualdade. Logo, a busca da maior felicidade para o maior número se dará através do caráter equitativo de proporcionar condições aos menos favorecidos, elevando substancialmente a utilidade em comparação com os mais abastados face à utilidade marginal decrescente. Assim a teoria utilitarista concretizaria a justiça social através de um fundamento racional universalizável, afastando-se da via de fundamentação através de direitos morais fictícios e condenáveis. No entanto, na necessidade da busca de igualdade e justiça a teoria utilitarista ainda usa a via de uma aritmética baseada na empiria, não considerando a questão da inviolabilidade da pessoa humana. A mesma não dá importância ou prioriza o princípio do bem-estar, assim não trai nossas intuições mais fundamentais na busca de justiça, mesmo com as possibilidades trazidas pela teoria utilitarista quando se considera a via da regra ou das preferências expostas em contraposição às preferências irracionais, o que não inviabiliza a possibilidade de que uma maioria de nazistas racionais possam impor suas preferências à sociedade a partir da proposta da teoria utilitarista.

Outra crítica feita à teoria utilitarista diz respeito à questão da pluralidade dos valores, crítica esta diretamente correlacionada à crítica de Rawls, ou seja, a saber o modo

como a teoria utilitarista trata a questão da pluralidade irreduzível dos indivíduos, a questão da pluralidade dos valores e a configuração de um possível critério único de valor, a partir do que os utilitaristas contemporâneos se esforçam para elaborar uma visão pluralista da utilidade.

Toda essa gama de análises e críticas feitas acerca da teoria utilitarista, deixa a pergunta no ar com relação à construção de uma via da teoria utilitarista que possa se configurar a partir de todas as suas vantagens conquistadas, posto que a teoria utilitarista ainda hoje se configura como um ponto de passagem quase que obrigatório no sentido da questão de como agir no mundo, seja do ponto de vista do direito, da política ou da economia, transitando indubitavelmente pelos campos da ética aplicada, bioética, meio ambiente, etc. O como a partir de tudo isso podemos enfrentar as perspectivas paradigmáticas de nossa época, passa inevitavelmente pelo prisma da teoria utilitarista no sentido de trazer aquilo a que desde Bentham é possível fazer o registro, qual seja, a radicalidade a que podemos e talvez devamos usar para alcançarmos a maior felicidade para o maior número. A teoria utilitarista contemporânea quando se propõem a viabilizar a racionalidade prudencial com a prescritividade universal, consolida-se definitivamente como uma possibilidade obrigatória a ser considerada, descartando o caráter superficial e insustentável da imagem histórica que se configurou da teoria utilitarista como de caráter hedonista sensitivo, que não leva em consideração o respeito aos interesses dos indivíduos.

Assim, neste campo de debate acerca do respeito aos interesses dos indivíduos, vamos encontrar a figura maior do utilitarismo dos nossos dias, qual seja, Peter Singer, que vai tratar exatamente destas novas vias de possibilidades do utilitarismo na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que sua postura mantém o caráter reformador e porque não dizer radical característico desde o utilitarismo de Bentham.

2. Peter Singer e a ética prática.

Peter Singer nasceu em 1946, em Melbourne, Austrália. Graduou-se na universidade de Melbourne, onde estudou direito, história e filosofia. Em 1969, Singer conquista o título de mestre e muda-se para Oxford, onde, com a orientação de R. M. Hare, desenvolve sua tese de doutorado, que teve como resultado seu primeiro livro, *Democracy and Disobedience* (Democracia e desobediência) em 1973. Segundo Gruen:

Peter Singer pode muito bem ser o mais influente filósofo vivo da história recente. Certamente, é o mais controverso. Os debates tendem a segui-lo ao redor do mundo, e é exatamente isso que ele e sua obra procuram provocar – a reavaliação racional de muitas crenças que nos são caras. Encorajar a reconsideração de atitudes morais populares é a tarefa que os filósofos sempre assumiram, gerando frequentemente alguma espécie de excitação. Embora a turbulência que Singer cause não seja tão extrema como aquela que conduziu finalmente à prisão e à morte de Sócrates, Singer tem se sujeitado a mais que apenas desacordos calorosos. (Gruen, 2010, p. 240)

A partir da concepção acerca da ética prática de Peter Singer, “...a aplicação da ética ou da moralidade à abordagem de questões práticas...” começamos a notar desde a primeira percepção, que se trata de uma obra diferenciada na medida em que ele nos leva ao seu edifício da ética através de caminhos e vislumbres talvez nunca antes colocado desta forma. Talvez deva-se tal impressão à relevância e simplicidade dos temas por ele tratados, com uma coerência e argumentação que tira o mais leigo dos leitores do lugar comum dos pré-conceitos mundanos histórico culturalmente construídos.

Neste sentido Singer argumenta e questiona acerca dessa construção temporal que ao longo da trajetória humana no mundo, continua ou mesmo avança, na direção diametralmente oposta à própria natureza humana, isto é, a capacidade de superar limites e paradigmas a partir de seu potencial autotranscendente. Propõe ele, o que a filosofia desde os seus primórdios na Grécia antiga propunha, qual seja, o espanto a admiração, a capacidade de reflexão a partir da consciência da sua própria ignorância, mas ao mesmo tempo, do seu desejo inato de conhecer. Com isso, Singer ataca a nossa “cegueira contemporânea”, que discute temas grandiosos e polêmicos, mas que esquece, não percebe ou não quer perceber, o óbvio mais ululante que teima em bater à nossa porta no cotidiano do nosso mundo prático. Nas palavras de Singer:

Algumas pessoas pensam que a moralidade está fora de moda. Vêm-na como um sistema de irritantes proibições puritanas cuja função básica seria a de impedir que as pessoas se divirtam. Os moralistas tradicionais se colocam

como defensores deste tipo de moralidade, mas, na verdade, o que fazem é defender um código específico de moralidade... quando um jornal traz estampada uma manchete nestes termos: BISPO ATACA DECADÊNCIA DOS PADRÕES MORAIS, nossa expectativa é que ele esteja se referindo à promiscuidade, homossexualidade, pornografia e coisas do gênero, e não às quantias irrisórias que destinamos à ajuda internacional às nações pobres, nem à nossa irresponsável indiferença para com o meio ambiente de nosso planeta. (SINGER, 2002, p. 9-10)

Singer na sua concepção acerca da ética descarta quatro instâncias, isto é: a primeira é que ética não pode ser caracterizada como uma série de proibições ligadas ao sexo, a segunda é que não pode ser caracterizada como um sistema ideal de grande nobreza na teoria, mas inaproveitável na prática, a terceira é que a ética não pode ser caracterizada como algo inteligível somente no contexto da religião, posto que para ele a questão ética passa ao largo da religião, e a quarta, é que a ética não pode ser caracterizada como relativa ou subjetiva. Com isso, Singer nega na sua concepção acerca da ética as perspectivas subjetivistas, relativistas e intuicionistas da ética tradicional. Para Felipe:

Ao adotar a perspectiva universalista na abordagem de um princípio capaz de orientar as decisões e ações que afetam os interesses de animais não-humanos, Singer evita impor a noção de certo e errado, pois não reconhece à ética uma finalidade dessa natureza. No entanto, curiosamente, toda a obra desse autor se destina a apresentar uma crítica aos mais arraigados costumes e convicções preservados em nosso tempo. Deve-se, é claro, manter em vista que toda essa crítica procede do emprego radical do princípio de igualdade e da exigência de universalizabilidade que a ética impõe. (FELIPE, 2003, p. 153)

Ao falar da construção do edifício ético através do tempo, Singer aborda a questão dessa estrutura como tendo bases extremamente arraigadas no modelo de visão de mundo de cada época. Fala-nos de que em todas as épocas existiram e/ou existem fortes resistências às novas concepções que têm como consequências mudanças substanciais na vida das pessoas. Segundo Singer:

Chegou o momento de acontecer outra revolução copernicana. Mais uma vez, será uma revolução contra um conjunto de idéias que herdamos do período em que o mundo do intelecto estava dominado por uma visão religiosa. Uma vez que ela virá mudar nossa tendência a considerar os seres humanos como o centro do universo ético, irá defrontar-se com uma feroz resistência daqueles que não desejam aceitar que semelhante golpe seja desfechado a nosso orgulho humano. No princípio, ver-se-á às voltas com seus próprios problemas, e precisará trilhar cautelosamente o novo terreno. Na visão de muitos, as idéias serão demasiado chocantes para serem levadas a sério. Com o tempo, no entanto, a mudança ocorrerá. A visão tradicional

de que toda vida humana é sacrossanta simplesmente não consegue dar conta da profundidade de questões com que nos defrontamos. A nova concepção oferecerá um enfoque inovador e mais promissor.⁴ (SINGER, 1997, p. 260)

Assim, Singer afirma que necessitamos reescrever a ética a partir de novas perspectivas morais, que possam ir além dos conceitos já aceitos e assentados através dos processos históricos e culturais. Alerta-nos de que nem tudo na ética tradicional é condenável, essa não é a questão, mas o que fundamentalmente se faz necessário, é que possamos repensar nossas posturas éticas rumo à busca de evoluirmos, no sentido de que novas posturas só poderão ser admitidas quando pensarmos e repensarmos tantas vezes quantas sejam necessárias tais conceitos. Assevera nosso autor:

Como será a nova perspectiva ética? Destacarei cinco mandamentos da velha ética, que segundo vimos, são falsos, e demonstrarei de que modo eles precisam ser reescritos para permitirem uma nova abordagem ética da vida e da morte. Não quero, porém que os novos cinco mandamentos sejam vistos como algo entalhado na pedra. Decerto haverá melhores formas de remediarmos pontos fracos da ética tradicional..... podemos repensar alguma coisa mais de uma vez. A questão é começarmos imediatamente, e fazê-lo com uma nítida compreensão do quanto deve ser fundamental nosso ato de repensar. (SINGER, 2002, p.262-263)

2.1 Peter Singer e o princípio da igual consideração de interesses.

Singer ao tratar da questão da concepção universalista da ética, desenvolve ou lança o que ele chama do princípio da igual consideração de interesses, qual seja: "... atribuir aos interesses alheios o mesmo peso que atribuímos aos nossos" (Singer, 2002, p.19). Assim, Singer procura mostrar ou defender, que mesmo as mais controversas posições filosóficas num "certo sentido" consideram a concepção de que a ética se constitui como de caráter eminentemente universal. Para nosso autor:

A ética exige que extrapolemos o "eu" e o "você" e cheguemos à lei universal, ao juízo universalizável, ao ponto de vista do espectador imparcial, ao observador ideal, ou qualquer outro nome que lhe dermos.

⁴. No original : "*Es el momento de otra revolución copernicana. Será, una vez más, una revolución em contra un conjunto de ideas que hemos heredado de una época em que el mundo intelectual estaba dominado por una actitud reigiosa. al cambiar nuestra tendència a ver a los seres humanos como el centro del universo ético, nos encontraremos com la acérrima oposición de aquellos que no quieren acptar um golpe semejante a nuestro orgullo humano. al principio tendrá sus propios problemas e tendrá que andar com pies de plomo sobre el nuevo terreno. Para muchos lãs ideas serán demasiado chocantes como para tomarlas em serio. Sin embargo, al final se producirá el cambio. La visión tradicional de que toda vida humana es sacosanta no es capaz de hacer frente al conjunto de problemas a que nos enfrentamos. La nueva visión ofrecerá um planeamiento nuevo y más prometedor.*"

(SINGER, 2002, p. 20)

A partir disso, vemos que Singer discute ou foca a questão dos interesses dos envolvidos e/ou afetados por determinado tipo de ação, questão esta discutida em toda trajetória de desenvolvimento do utilitarismo. Logo, cada um vai valer por um e apenas por um, e que esse interesse de cada indivíduo possa ter o mesmo tratamento de todos os interesses afetados. Singer concebe a ética então, como a busca de uma ação universalizável que busca as “melhores consequências” significando algo que, examinadas todas as alternativas, favorece os interesses dos que são afetados, e não como algo que simplesmente aumenta o prazer e diminui o sofrimento (SINGER, 2002, p. 22). Mas como universalizar, ou seja, dar o mesmo peso ou importância aos vários interesses em jogo? Como lidar com a questão do tratamento igual para tais interesses? O que a posição utilitária de Peter Singer tem a nos propor?

2.2 A igualdade e suas implicações segundo Peter Singer.

Com relação à questão da igualdade, Singer argumenta que a mesma se configura como um princípio básico ético, e não uma assertiva factual, estando em jogo aí, eminentemente, a questão dos interesses de todos os afetados, como condição necessária para a busca do fundamento universal pretendido pelo caráter de eticidade das ações. Para ele?

O princípio da igual consideração de interesses não permite que a nossa prontidão em considerar os interesses dos outros dependa das aptidões ou de outras características destes, excetuando-se aí a característica de ter interesses. (SINGER, 2002, p.32)

Assim, segundo Singer as melhores consequências a serem buscadas ao escolhermos uma determinada via de ação, necessariamente passará pelo levantamento minucioso e mesmo específico dos interesses envolvidos, pois que segundo ele o princípio de igual consideração de interesses não se configura como algo pronto e acabado, que possa atender a todas as possibilidades inerentes à própria condição humana. Na visão de nosso autor:

Mas o elemento básico – levar em conta os interesses das pessoas, sejam eles quais forem - deve aplicar-se a todos, sem levar em consideração a sua raça, o seu sexo ou os pontos alcançados no teste de inteligência... A igual consideração de interesses é um princípio mínimo de igualdade, no sentido de que não impõe um tratamento igual. (SINGER, 2002, p. 32-33)

Assim, segundo Singer, como o princípio da igual consideração de interesses se configura como um padrão mínimo de igualdade, há casos em que a busca da consecução do tratamento igualitário se dá por via de um tratamento desigual dos interesses envolvidos, como forma de se chegar a um efetivo resultado igualitário dos interesses afetados, no qual lança-se mão do conceito do princípio da diminuição da utilidade marginal, oriundo da economia. A esse respeito nosso autor assim se manifesta:

É por esse motivo que esse princípio é um princípio mínimo de igualdade, e não um princípio igualitário perfeito e consumado. O princípio da igualdade dos seres humanos não é a descrição de uma suposta igualdade de fato existente entre seres humanos: é a prescrição de como devemos tratar os seres humanos. (SINGER, 2010, p. 9)

Segundo Singer a questão da igualdade não pode ser totalmente explicada e, ainda muito menos justificada, tanto pelo caráter genético, através do conceito de Q. I., quanto pelo caráter ambiental ou social, mas que por uma complexa equação de variáveis composta ou elaborada por todos esses componentes. Assim, as diferenças sejam elas raciais, sexuais, de aptidões e/ou oportunidades herdadas ou construídas socialmente, não são uma base segura segundo a qual possamos tirar conclusões sólidas e bem fundamentadas que nos permitam elaborar uma regra que nos possibilite universalizar o tratamento dado à humanidade em geral. Segundo o autor:

... não sendo possível instituir uma igualdade geral, poderíamos ao menos tentar garantir que, onde existem importantes diferenças de renda, status e poder, as mulheres e as minorias raciais não fiquem na extremidade mais desfavorecida, em números desproporcionais aos seus números na comunidade como um todo. (SINGER, 2002, p. 53-54)

Com relação à igualdade, Singer trata ainda da questão que envolve a ação afirmativa, tema este tão importante na discussão acerca dos diversos sistemas de quotas estabelecidos nas diversas sociedades em variadas áreas de interesse. Como por exemplo no caso da educação e dos portadores de deficiências, casos emblemáticos e por demais polêmicos, que ao mesmo tempo, demonstram a atualidade e importância de serem analisados sob a ótica do utilitarismo, ainda mais, com relação ao utilitarismo preferencial ao qual Peter Singer atrela-se sob a perspectiva de sua opção através do princípio da igual consideração de interesses, para lidar com a relação do individual e coletivo. Singer, de certa forma, conclui que dentro de uma sociedade não-igualitária, revela-se como que de caráter impossível proporcionar-se uma igualdade de oportunidades, e que a partir de tal conclusão muito se tem

agido no sentido de revestir-se grupos menos favorecidos com a ação afirmativa ou, como ele cita, “discriminação inversa”, como tentativa da busca da tão almejada igualdade. Para ele:

... vimos que a única base defensável da afirmação de que todos os seres humanos são iguais é o princípio da igual consideração de interesses. Esse princípio condena as formas de discriminação racial e sexual que atribuem menos importância aos interesses daqueles que sofrem a discriminação. (SINGER, 2002, p. 56-57)

2.3 Peter Singer e a igualdade para os animais.

Outra importante discussão ou análise que Peter Singer faz acerca da questão da igualdade, diz respeito ao tratamento que nós humanos damos aos animais. Aliás, este debate de certa forma proporcionou a que Singer se tornasse mundialmente conhecido, a partir da publicação de *Libertação Animal* em 1975. Na verdade em relação à questão do status dos animais, Singer vai beber numa fonte por demais original na tradição utilitarista, ou seja em Bentham, que já vislumbrava tal debate. Em suas palavras:

Talvez chegue o dia em que o restante da criação animal venha a adquirir os direitos que jamais poderiam ter-lhe sido negados, a não ser pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que o escuro da pele não é razão para que um ser humano seja irremediavelmente abandonado aos caprichos de um torturador. É possível que um dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a terminação do osso sacro são motivos igualmente insuficientes para abandonar um ser senciente ao mesmo destino. O que mais deveria traçar a linha intransponível? A faculdade da razão, ou, talvez, a capacidade da linguagem? Mas um cavalo ou um cão adultos são incomparavelmente mais racionais e comunicativos do que um bebê de um dia, de uma semana, ou até mesmo de um mês. Supondo, porém, que as coisas não fossem assim, que importância teria tal fato? A questão não é “Eles são capazes de raciocinar?”, nem “São capazes de falar?”, mas, sim: “Eles são capazes de sofrer?”. (SINGER, 2010, p. 12)

Singer apoia-se assim em Jeremy Bentham para dizer que a capacidade de sofrer é a condição necessária e suficiente para que qualquer ser seja legitimamente possuidor do direito à igual consideração de interesses. “A capacidade de sofrer e de sentir prazer é um pré-requisito para um ser ter algum interesse, uma condição que precisa ser satisfeita antes que possamos falar de interesse de maneira compreensível” (SINGER, 2010, p. 13).

Argumenta ainda Singer, corroborando Bentham, que a questão da igualdade para os animais, não trata de uma questão de “direitos”, “direitos naturais” ou ainda “direitos naturais inalienáveis”, mas uma questão moral que os seres em geral devem, ou, ao serem detentores

de potencial de sofrimento e felicidade, fazerem jus. Segundo Singer, nem todas as inumeráveis “capacidades superiores” dos seres humanos em relação aos animais não-humanos, configuram-se como fundamento sólido o bastante para colocar por água abaixo o argumento da capacidade de sentir dor como fundamento em defesa da igual consideração de interesses dos animais não-humanos.

Singer argumenta acerca de que nós seres humanos somos especistas e que em nome da sacralidade da vida humana, desconsideramos o valor do restante da vida existente no mundo, no caso em questão, da vida dos animais não-humanos. Todas as pesquisas desde algum tempo atrás, possibilitam a conclusão de que podemos seguramente afirmar que os animais não-humanos sentem dor. Logo, segundo Singer é moralmente indefensável infligir dor aos mesmos.

Peter Singer, com sua proposta utilitarista que podemos mesmo classificar como radical, a partir da forma como procura novos vislumbres acerca das visões de mundo já postas, se faz legítimo representante da teoria utilitarista, pois que sua postura corrobora ou coincide com o propósito que se verificou com toda a tradição precursora e o nascimento de tal teoria, qual seja, repensar da forma mais ampla possível a realidade posta e aceita socialmente, e a partir disso concretizar tal intento ao refletir acerca de todos os argumentos disponíveis. Singer assim o faz, na medida em que procura levar o mais profundamente possível suas reflexões. Como por exemplo no caso da ação afirmativa, igualdade e deficiência. Nas palavras do autor:

Esta pode ser a lei nos Estados Unidos, mas, em outros países – e em termos gerais, quando examinamos a questão tendo em vista a ética, e não a lei -, a distinção entre quotas e outras maneiras de dar preferência a grupos desfavorecidos pode ser menos significativa. O importante é que a ação afirmativa, dê-se ela através de quotas ou de qualquer outro método, não é contrária a nenhum princípio justo de igualdade e não viola quaisquer direitos dos que são por ela excluídos. Adequadamente aplicada, está em harmonia com a igual consideração de interesses, pelo menos no que diz respeito às suas aspirações. A única dúvida real é saber se vai funcionar. Na falta de alternativas mais promissoras, parece que vale a pena tentar. (SINGER, 2002, p.60-61)

Fundamentando sua argumentação a partir daí, Singer escolhe como exemplos, cinco mandamentos da ética tradicional, propondo reescrevê-los a partir dessa sua perspectiva utilitária, com a pretensão de contribuir para aquela revolução copernicana no campo da ética. O primeiro velho mandamento: “Trate todas as vidas humanas como se tivessem valor igual” (Singer, 2002, pg. 263).

Argumenta Singer, que com os avanços no campo das biotecnologias e seus desdobramentos no campo farmacológico que permitem cada vez mais mudanças nas perspectivas de tratamento e manutenção da vida, tal mandamento pode nos levar a tomarmos decisões que terão consequências desastrosas. Para ele:

Quando a lei segue ao pé da letra esse mandamento, o resultado, conforme concordam todos agora, é algo absurdo, como a continuação do apoio respiratório para o bebê K. que nasceu sem cérebro e sobreviveu por dois anos, ou a manutenção da vida de Joel Fiori, um rapaz ferido num acidente de motocicleta e reduzido, por quase duas décadas, a viver em estado vegetativo persistente. (SINGER, 2002, p. 263)

Sugere Singer então, reescrever tal mandamento da seguinte forma: “Reconheça que o valor da vida humana é variável.” (SINGER, 2002, p. 263) Assim, para Singer existem algumas características que devem ser levadas em conta, quando da observação do valor da vida. Assim sendo, sua postura mantém aquela base argumentativa da relação dor/prazer consubstanciadas na prática através da capacidade de se relacionar no mundo de forma consciente, em que pese todas as dimensões potenciais dos seres humanos. Do seu ponto de vista:

...., devemos tratar os seres humanos de acordo com suas características eticamente relevantes. Algumas delas são inerentes à natureza do ser. Elas incluem a consciência; a capacidade de interação física, social e mental com outros seres; uma preferência consciente pela continuação da vida; e a possibilidade de experiências gratificantes. Outros aspectos relevantes dependem do relacionamento do ser com os demais: como por exemplo, o fato de ter pais que irão lamentar a morte do indivíduo, o fato de ocupar dentro do grupo uma posição tal que, caso a pessoa seja exterminada, isso leve os outros a temerem por suas próprias vidas. Todas estas coisas fazem uma diferença quanto à consideração ou ao respeito que devemos ter por um ser. (SINGER, 2002, p. 264)

Segundo Singer, a base para saber qual o valor da vida de um ser, está diretamente ligada à inteireza da capacidade de consciência para desenvolver todas as relações inerentes à condição humana. Isso, no tempo em que vivemos, torna-se de fundamental importância, pois que como os debates por demais polêmicos no campo da bioética, por exemplo, deixam claro, torna-se complexa a tarefa de escolhermos ações que sejam universalizáveis do ponto de vista ético, tratando por igual as infinitas possibilidades humanas no intrincado campo de valoração das relações humanas. Então, nossas escolhas para agirmos no mundo com relação aos outros, devem levar em consideração todos os interesses dos envolvidos, e suas especificidades. Ele

nos diz que:

Assim, nossas decisões sobre como tratar esses pacientes devem depender não de uma retórica soberba, que preconiza o valor igual de toda vida humana, mas sim do ponto de vista das famílias e dos parceiros, que merecem consideração num momento de perda trágica. Se um paciente em estado vegetativo permanente havia anteriormente expressado um desejo quanto ao que lhe deveria acontecer em semelhantes circunstâncias, esse desejo deve ser levado em consideração. (Podemos fazê-lo simplesmente em respeito aos desejos do falecido, ou para dar uma garantia a outras pessoas, ainda vivas, de que seus desejos não serão ignorados). (SINGER, 2002, p. 265)

O segundo mandamento que Singer enumera é: “Jamais tire intencionalmente a vida de um ser humano inocente” (SINGER, 2002, p. 265). Segundo ele, tal mandamento por ter característica absolutista, se reveste de inúmeras dificuldades no tempo em que vivemos, trazendo ou possibilitando consequências eticamente insustentáveis. Relata Singer, que através da história, a visão da igreja levou inúmeras mulheres e seus fetos à morte, apesar de já se ter a possibilidade de salvar a vida da mãe. Também nos casos de pacientes terminais, em que a forma de vida possível não atende ao pleno desenvolvimento das atividades inerentes aos interesses do ser humano integral. Então, propõe Singer reescrevermos esse segundo mandamento da seguinte forma: “Assuma a responsabilidade pelas consequências de suas decisões.” (SINGER, 2002, p. 268) Nesse ponto, fica clara a característica radical do pensamento de Peter Singer, no sentido de que o mesmo leva o debate às últimas consequências. E, assim o faz, na medida em que questiona e/ou analisa a questão da relação entre o ato de matar e o ato de deixar de salvar. Em sua visão:

Talvez uma ética viável nos deva permitir demonstrarmos uma parcialidade moderada em relação a nós mesmos, à nossa família e a nossos amigos. No quadro da ilusória convicção de que só nos cabe responsabilidade pelo que fazemos, e não pelo que deixamos de fazer, estes são resquícios de verdade...a distinção entre matar e deixar morrer é menos nítida do que em geral nos parece. Repensar nossa ética de vida e morte pode nos levar a ver com mais seriedade nosso fracasso em fazer o necessário por aqueles cujas vidas poderíamos salvar sem grandes sacrifícios de nossa parte...sejam quais forem as razões existentes para se preservar, pelos menos em parte, a tradicional distinção entre o ato de matar e o ato de deixar morrer – por exemplo, a afirmação de que é pior matar estranhos do que deixar de dar-lhes o alimento de que necessitam para sobreviver -, essas razões não procedem quando,...uma pessoa deseja morrer, e sua morte seria mais rápida e menos sofrida se ocasionada por uma ação (por exemplo, aplicar uma injeção letal) do que por uma omissão (por exemplo, aguardar que o paciente tenha uma infecção e abster-se de dar-lhe antibióticos). (SINGER, p. 2002, p. 269)

Cita Singer um terceiro mandamento da ética tradicional: “Jamais tire sua própria vida, e sempre tente impedir outros de tirarem suas vidas.”⁵ Com referência à questão do suicídio, Singer vai buscar na obra de John Stuart Mill, *On Liberty*, respaldo para reescrever esse terceiro mandamento: “O único propósito pelo qual o poder pode ser legalmente exercido, contra sua vontade, sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, é impedir que cause danos aos demais. Seu próprio bem, seja físico ou moral, não é uma garantia suficiente.” (SINGER, 2002, p. 270) Reescreve Singer então esse terceiro mandamento da seguinte forma: “Respeite o desejo do outro de viver ou morrer.” E assim justifica sua posição:

Só uma pessoa pode desejar continuar a viver, ou ter planos para o futuro, porque só uma pessoa pode até mesmo entender a possibilidade de uma existência futura para si mesma. Isso significa que pôr um fim às vidas das pessoas, contra o desejo delas, é diferente de pôr um fim à vida de seres que não são pessoas. De fato, em sentido estrito, no caso dos que não são pessoas não podemos falar de eliminar suas vidas contra sua vontade, ou segundo sua vontade, porque tais seres não são capazes de ter uma vontade no tocante a essa questão. Possuir um sentido do eu e da existência contínua de si mesmo ao longo do tempo possibilita um tipo de vida inteiramente diferente. Pense na quantidade de coisas que fazemos com vistas ao futuro – nossa educação, as relações pessoais que cultivamos, nossa vida familiar, nossas carreiras profissionais, nossas poupanças, nossos planos de férias. Em razão disso, pôr um fim prematuro à vida de uma pessoa pode tornar infrutífera grande parte de suas aspirações anteriores. (SINGER, 2002, p.271)

O quarto mandamento a que Singer se refere à ética tradicional é: “Sede frutíferos e multiplicai-vos.” Afirma Singer, que tal visão estava baseada no fundamento religioso de que o sexo tinha a única e exclusiva finalidade da procriação, condenando assim o prazer e toda e qualquer forma de contracepção ou método para evitar a procriação. Singer coloca que tal visão além de eticamente indefensáveis, com o aumento populacional dos dias de hoje, e suas nefastas consequências para a questão ambiental, os avanços da medicina, as complexas interações de um mundo globalizado, impossibilitam a que racionalmente consigamos justificar um mandamento tão irracional. Assim, o novo mandamento, segundo Singer, seria: “Só traga ao mundo filhos desejados” (SINGER, 2002, p. 273).

Poucas questões éticas são, hoje, objeto de uma discussão tão acirrada quanto a do aborto, e, enquanto os pêndulos oscilam de lá para cá, nenhum dos lados tem sido muito bem sucedido em modificar as opiniões de seus adversários. Até 1967, o aborto era ilegal em quase todas as democracias ocidentais, com exceção da Suécia e da Dinamarca. Em seguida, a Inglaterra

passou a permitir que o aborto fosse legalmente praticado, uma mudança operada com base em premissas sociais abrangentes e, no caso *Roe versus Wade*, de 1973, a Corte Suprema dos Estados Unidos admitiu que as mulheres têm o direito constitucional de abortar nos primeiros seis meses de gravidez. Os países da Europa Ocidental, inclusive os católicos, como a Itália, a Espanha e a França, liberalizaram as suas leis relativas ao aborto. A Irlanda foi o único país a não seguir a tendência. (SINGER, 2002, p.145)

Assim, as constantes mudanças e/ou avanços nos processos evolutivos dos meios e métodos novos da biotecnologia, segundo Singer, trazem questões éticas de difícil resolução, posto que além de confrontarem-se com o caráter da completa inexistência de parâmetros seguros que se possam afirmar acerca dessas novas perspectivas, há também o caráter de resistências a novas abordagens acerca de uma possível revolução copernicana anteriormente citada. A fertilização *in vitro*, segundo Singer, foi um fator desencadeador dessa nova fronteira a ser rompida com relação às discussões éticas que têm relação com a geração e desenvolvimento dos embriões humanos. Para Singer:

Novas tecnologias são constantemente desenvolvidas. Os embriões podem passar por um exame radiológico que denuncie a presença de anormalidades genéticas, sendo rejeitados sempre que essas anormalidades forem descobertas. Edwards predisse que vai ser cientificamente possível desenvolver embriões *in vitro* a tal ponto que, cerca de 17 dias depois da fertilização, eles desenvolvam células sanguíneas indiferenciadas que possam ser usadas para o tratamento de várias doenças sanguíneas não letais. Outros, especulando sobre os avanços futuros, já se perguntaram se algum dia chegaremos a ter bancos de embriões ou fetos que possam fornecer órgãos aos que deles necessitem. (SINGER, 2002, p. 146)

A partir dessa análise, Singer estabelece alguns critérios para tratar do assunto, quais sejam: o nascimento, a viabilidade, os primeiros sinais de vida e a consciência. Analisa também nesse campo de discussão os argumentos conservadores ou dos que condenam o aborto e as pesquisas com embriões, e os argumentos liberais ou dos que defendem o aborto e as pesquisas com embriões. Analisando os argumentos liberais, Singer faz uma importante distinção com relação às leis do aborto e as consequências das restrições legais e analisa o argumento feminista. A seguir trata acerca do valor da vida fetal, a questão do feto como vida em potencial, a questão da fertilização *in vitro* e as pesquisas com embriões, o uso do feto e por fim o aborto e o infanticídio. Sem sua visão:

A maior parte deste capítulo vai abordar a questão do aborto, mas a discussão do status do feto terá implicações óbvias em duas questões correlatas: as experiências feitas com embriões e o uso de tecido fetal para fins medicinais. Vou iniciar a discussão do aborto examinando o ponto de vista dos que não o admitem – um ponto de vista que passarei a chamar de

“conservador”. Em seguida, vou examinar algumas das reações liberais clássicas e mostrar por que são inadequadas. Por último, usarei a nossa discussão anterior sobre o valor da vida para abordar o problema a partir de uma perspectiva mais ampla. Em contraste com a opinião corrente, a de que a questão moral do aborto é um dilema sem solução, vou mostrar que, pelo menos dentro dos limites da ética não religiosa, existe uma resposta inequívoca, e que os que assumem um ponto de vista diferente estão simplesmente equivocados. (SINGER, 2002, p.147)

Singer inicia a discussão colocando o problema do aborto em termos de argumento formal, da seguinte forma:

“Primeira premissa: É errado matar um ser humano inocente.

Segunda premissa: Um feto humano é um ser humano inocente.

Terceira premissa: Logo, é errado matar um feto humano.” (Singer, 2002, p.148)

Esse, segundo Singer considera, é o ponto de vista conservador. Segundo ele, a discussão em torno de tal questão começa quando os adeptos do ponto de vista liberal negam a segunda premissa, dizendo que um feto humano não é, efetivamente, um ser humano. Logo, esse se configura como o debate tradicional da questão do aborto, centrada então na delimitação do início da vida humana. Esse ponto de vista conservador, que segundo Singer, é de difícil refutação, afirma que a partir do óvulo fecundado, não existe uma linha divisória que permita seguramente afirmar a partir de quando o embrião tenha ou não o status de ser humano. Assim, Singer analisa ou mesmo questiona se tal colocação ou argumentação conservadora tem fundamento, utilizando para isso alguns conceitos anteriormente citados.

Segundo Singer, o argumento liberal usa muito o nascimento como a linha divisória que melhor se ajusta a seus argumentos, no sentido de que, com relação a nossos sentimentos ficaríamos muito menos perturbados matando ou destruindo um ser que nunca vimos e com o qual não formamos qualquer vínculo, do que com um ser que temos algum vínculo. Mas, ainda segundo Singer, o argumento conservador diria que a partir da fecundação o feto adquire status de ser humano que tem consciência e capacidade de sentir dor. E conclui Singer:

A localização de um ser – dentro ou fora do útero – não deveria configurar tanta diferença quanto ao erro que consiste em matá-lo...Se o nascimento não assinala uma distinção moral decisiva, deveríamos recuar a linha divisória ao tempo em que o feto poderia sobreviver fora do útero? (SINGER, 2002, p. 149)

A partir daí, Singer analisa a questão da viabilidade de um feto, pois que segundo ele ao considerar um feto viável igual ao bebê que nasce prematuro, admite tomar como linha divisória a questão do nascimento. Apesar de vereditos da justiça baseados na viabilidade,

Singer argumenta que a capacidade de existir fora do útero não justificaria o interesse da mesma na questão. De acordo com seu pensamento:

...Foi na viabilidade que a corte suprema dos Estados Unidos buscou a linha divisória no caso Roe versus Wade. A corte sustentou que o Estado tem um interesse legítimo de proteger a vida em potencial e que esse interesse se torna “inexorável” na questão da viabilidade, pois, então, supõe-se que o feto tenha a capacidade de levar uma vida significativa fora do útero materno”. Segundo a corte, portanto, as leis que proíbem o aborto com base na viabilidade não são incinstitucionais. Mas os juízes que subscreveram a decisão majoritária não indicaram porque a mera capacidade de existir fora do útero deve fazer tanta diferença para o interesse do Estado em proteger a vida em potencial. Afinal, se falamos (como fez a corte), em vida humana em potencial, então um feto inviável pode ser considerado um ser humano adulto em potencial tanto quanto o feto viável. (SINGER, 2002, p. 149)

Assinala Singer, que a questão de tomar a viabilidade como argumento em defesa da matança de um feto humano, não se configura como um meio seguro para se fundamentar tal escolha, pois que se questão é de quanto tempo de vida tem um feto humano fora do útero, as novas tecnologias vêm ampliando tal horizonte temporal. E mesmo saindo da esfera puramente temporal, o mesmo terá diferentes prognósticos dependendo da sociedade em questão. Outro importante argumento liberal que Singer analisa, é o de que por ser o feto totalmente dependente da mãe, o seu direito à vida é decisão da mãe, ao que Singer argumenta e conclui seu pensamento acerca do argumento da viabilidade como linha divisória significativa entre o feto ter ou não o status de ser humano:

...Em outros casos, porém, não defendemos a idéia de que a total dependência de uma outra signifique que essa pessoa pode decidir se é preciso viver ou morrer. Se vier a nascer numa região isolada onde não exista nenhuma outra mulher que possa amamentá-lo, nem recursos para que possa ser alimentado com mamadeira, um recém-nascido é uma criatura totalmente dependente de sua mãe. Uma velha pode ser totalmente dependente do filho que toma conta dela, e um caminhante que quebra a perna a cinco dias de caminhada da estrada mais próxima pode morrer se o seu companheiro não vier salvá-lo. Não pensamos que, nessas situações, a mãe possa tirar a vida do seu bebê, o filho a de sua velha mãe, ou o caminhante a do seu companheiro ferido. Portanto, não é plausível sugerir que a dependência que o feto inviável tem de sua mãe dá a ela o direito de matá-lo; se a dependência não justifica que se faça da inviabilidade a linha divisória, é difícil saber o que pode justificá-la. (SINGER, 2002, p. 150-151)

Singer traz ainda a questão acerca dos primeiros sinais de vida, e diz que os mesmos não passam de superstição religiosa, fundada na concepção católica de que os primeiros movimentos notados do feto humano, seriam a caracterização do momento no qual a alma se

consubstanciava no feto. Relata ainda, que com os avanços da medicina este mito tornou-se de difícil sustentação, e que a falta de movimento não é justificativa para se analisar o direito à vida, pois que se assim o fosse, os paralíticos não teriam o direito a continuar vivendo. Em seguida, trata ainda Singer de fazer um link entre a questão do movimento fetal com a questão da consciência deste feto, argumentando que existe aí uma importância moral indireta no sentido de que um ser dotado de consciência e que possui a capacidade de sentir dor e prazer adquire uma importância moral concreta. Segundo Singer o progresso de algumas pesquisas relatam que o movimento do feto já se dá na sexta semana após a fertilização, e a atividade cerebral na sétima semana, mostrando que o feto pode ser capaz de sentir dor já nesta fase inicial de gravidez. Para ele:

...até o momento, as discussões mostraram que a busca liberal de uma linha divisória moralmente crucial entre o recém-nascido e o feto não produziu nenhum fato, nem descobriu um estágio do desenvolvimento que possa arcar com peso de separar os que têm direito à vida daqueles que não o têm, de um modo que mostre, claramente, que os fetos pertencem à última categoria quando estão no estágio de desenvolvimento em que a maioria dos abortos é feita. Os conservadores pisam em terreno firme quando insistem em que o desenvolvimento que vai do embrião ao recém-nascido é um processo gradual. (SINGER, 2002, p. 152)

Ao analisar os argumentos liberais em favor do aborto, Singer traz à baila uma importante discussão acerca do aborto, qual seja, a distinção que deve ser feita entre a questão do juízo de valor do ato de abortar do ponto de vista moral, e as consequências de leis destinadas a proibir e mesmo punir quem pratica tal ato. Levanta a questão, segundo ele desconsiderada em alto grau nas discussões sobre o aborto, de que o fato da proibição do aborto não diminui a incidência do mesmo, mas pelo contrário tornou-se nos tempos atuais um problema de saúde pública, posto que o número de mulheres que vão a óbito e/ou que têm complicações de caráter irreversível aumenta a cada dia, levando-se em conta que os meios para execução de tal objetivo, isto é, o aborto, feito de forma clandestina, em muito se diferencia do mesmo ser efetuado por profissionais médicos qualificados e dotados de todos os meios para assegurar a segurança para a mulher. Sugere Singer então, ser importante levar-se em conta tal argumento, posto que suas consequências são nefastas para a sociedade. Do seu ponto de vista:

Portanto, esse primeiro argumento é um argumento sobre as leis que regem o aborto, e não sobre a ética do aborto. Mesmo dentro desses limites, porém, está aberto à contestação, pois é incapaz de atender à afirmação conservadora de praticar o aborto é tirar deliberadamente a vida de um ser

humano inocente, pertencendo assim, o aborto à mesma categoria ética do assassinato. Os que têm essa visão não se deixarão contentar pela afirmativa de leis restritivas sobre o aborto não fazem mais do que levar as mulheres aos abortadores de fundo de quintal. Vão insistir em que essa situação pode ser mudada e que se pode exigir o cumprimento apropriado da lei. Também podem sugerir medidas que tornem a gravidez mais fácil de aceitar, no caso das mulheres que engravidam sem querer. É uma resposta perfeitamente racional, dado o juízo ético inicial sobre o aborto; por isso, o primeiro argumento não consegue esquivar-se à questão ética. (SINGER, 2002, p. 154)

Outro argumento liberal que Singer analisa é o que afirma “Deve continuar existindo uma esfera da moralidade e da imoralidade pública que, grosso modo, nada tem a ver com a lei.” (SINGER, 2002, Pg.154) Esse argumento liberal tem a ver ou baseia-se no princípio anteriormente citado à página 36 em Sobre a Liberdade de John Stuart Mill. Isso tem relação com a possível criação de leis do que chamam de “crimes sem vítimas”. Para Singer:

...O princípio de Mill só é defensável se restringir-se, como Mill o restringiu, aos atos que não prejudicam os outros. Usar o princípio como um meio de evitar as dificuldades de resolver o debate ético sobre o aborto equivale a dar por certo que o aborto não prejudica “um outro” – o que é, exatamente, o ponto que precisa ser comprovado antes que possamos, legitimamente, aplicar o princípio ao caso do aborto. (SINGER, 2002, p. 156)

Por fim, o último argumento liberal que Singer analisa é o de que a mulher tem o direito de escolher o que fazer com seu próprio corpo e de que o feto faz parte do seu corpo. Analisa a comparação ou analogia do caso da ligação a um suposto violinista como única de forma de salvar a vida do mesmo, mesmo que esta ligação tenha sido feita sem sua autorização. Tal argumento feminista tem decorrência na ligação que pode ser feita com o caso da gravidez por estupro. Esse argumento foi formulado, segundo Singer, por Judith Jarvis Thomson, constituindo assim o que se chama de uma teoria dos direitos baseada nos casos fictícios desta autora. Na sua conclusão acerca de tal discussão acerca desse argumento feminista, diz Singer:

O utilitarista afirmaria que, por mais furioso que eu estivesse por ter sido sequestrado, se, levando tudo em conta, inclusive os interesses de quem quer que tenha sido afetado, as consequências do meu desligamento do violonista forem piores do que as que adviriam se eu continuasse ligado, eu deveria permanecer ligado. Isso não significa, necessariamente, que os utilitaristas considerassem má ou culpada uma mulher que se desligasse. Poderiam admitir que ela foi colocada numa situação extremamente difícil, uma situação na qual fazer o que é certo implica um sacrifício considerável. Poderiam até mesmo admitir que, na mesma situação, a maior parte das pessoas seguiria os seus interesses próprios, em vez de fazer a coisa certa.

Não obstante, sustentariam que o fato de desligar-se constitui um erro. (SINGER, 2002, p. 158)

Ao avaliar a questão do valor da vida fetal, Singer argumenta na direção de que o argumento central contra o aborto estava baseado nas três premissas anteriormente citadas, e que dentre as três a única que não tinha sido rejeitada era a primeira, e que isso se dava devido ao caráter de aceitação da sacralização da vida humana. Fala Singer acerca do status especial da vida humana, e que o fato de um ser pertencer ou não à espécie “*homo sapiens*”, não é o que efetivamente determina ser errado ou não ao escolhermos matá-lo ou não. Segundo nosso autor:

...Longe de terem uma preocupação por toda vida, numa escala de preocupação imparcialmente baseada na natureza da vida em questão, os que protestam contra o aborto, mas jantam regularmente os corpos de galinhas, porcos e vacas, demonstram apenas uma preocupação tendenciosa com as vidas dos membros de nossa própria espécie. Pois, fazendo uma comparação justa das características moralmente relevantes – como a racionalidade, a autoconsciência, a consciência, a autonomia, o prazer, a dor, etc. - , o porco e a tão ridicularizada galinha surgem bem à frente do feto em qualquer dos estágios da gravidez, ao passo que, se fizermos a mesma comparação com um feto de menos de três meses, um peixe daria mais indícios de possuir uma consciência. (SINGER, 2002, p. 160-161)

Se bem que possamos nesse ponto da análise de Singer sobre uma questão tão polêmica quanto o aborto e o valor da vida, até mesmo discordarmos de seu posicionamento, no mínimo temos que admitir que suas argumentações e análises em nada diminuem a importância e a incomensurável estrada que temos a trilhar no campo da ética com relação à escolha que nos traga maiores benefícios do ponto de vista universal a que a ética persegue, diante disso torna-se indispensável refletirmos acerca do que o próprio Singer nos traz, qual seja:

Sugiro, então, que não atribuamos à vida de um feto um valor maior que o atribuído à vida de um animal no mesmo nível de racionalidade, autoconsciência, consciência, capacidade de sentir, etc. Uma vez que nenhum feto é uma pessoa, nenhum tem o mesmo direito à vida que uma pessoa. Ainda precisamos refletir sobre o momento em que o feto provavelmente se torna capaz de sentir dor. Por ora, será suficiente dizer que, enquanto essa capacidade não existir, um aborto põe fim a uma existência que não tem valor intrínseco algum. Depois, quando o feto talvez for consciente de si, o aborto não deve ser considerado levemente (se é que alguma mulher considera alguma vez o aborto de forma leviana). Contudo, os interesses sérios de uma mulher normalmente prevaleceriam sobre os interesses rudimentares até mesmo de um feto consciente. De fato, até um aborto feito pela mais banal das razões, quando a mulher já se

encontra em estado avançado de gravidez, é difícil de condenar – a menos que também condenemos o massacre de formas de vida muito mais desenvolvidas, com a finalidade de saborear-lhes a carne. (SINGER, 2002, p. 161)

Singer analisa também o feto a partir da perspectiva de sua vida em potencial, e o faz a partir de colocar o argumento formal seguinte:

“Primeira premissa: É errado matar um ser humano em potencial.

Segunda premissa: Um feto humano é um ser humano em potencial.

Terceira premissa: Logo, é errado matar um feto humano.” (SINGER, 2002, p. 162)

Nesse aspecto fala Singer, que não existe regra segura que possa confirmar que o potencial em questão venha a se tornar fato ou realidade. Diz ele que as questões relativas a autonomia, a questão temporal que traz as perspectivas de futuro e planejamento, não podem ser aplicadas àqueles que ainda não podem desenvolver tais potencialidades, e que assim sendo não podem fundamentar o argumento de não tirar a vida de um feto humano, pela possibilidade que o mesmo tem o potencial de tornar-se uma pessoa. Outra argumentação seria a de que ao abortar um feto humano, o mundo seria privado de um ser racional e autoconsciente que, por isso mesmo, tem um valor intrínseco. Com relação a esse último argumento, classifica-o Singer como totalmente injustificável, na medida em que traz consequências que no campo prático extrapolam a própria questão do aborto, tal como a contracepção, a abstinência sexual e o celibato.

Com relação às experiências com embriões humanos em laboratório, Singer considera a discussão recente, que começou com o advento da fertilização in vitro e diz que apesar de próxima tal discussão não se configura sob o mesmo prisma da questão do aborto, posto que traz componentes e possibilidades novas e variadas. Na visão do autor:

O resultado de tudo isso é que a fertilização in vitro diminuiu a diferença entre o que pode ser dito sobre o embrião e o que pode ser dito sobre o óvulo e o espermatozóide, quando ainda separados, mas vistos como um par...Para ser mais preciso, se admitirmos que o índice de fertilização no laboratório é de 80% e que o índice de gravidez por embrião transferido é de 10%, então a probabilidade de uma criança resultar de um determinado embrião é de 10%, e a probabilidade de uma criança resultar de um óvulo que foi colocado num fluido ao qual se acrescentou esperma é de 8%. Portanto, se o embrião é uma pessoa em potencial, por que óvulo e espermatozóide, considerados em conjunto, não são também uma pessoa em potencial? Contudo, nenhum membro do movimento pró-vida deseja resgatar óvulos e esperma para salvar as vidas das pessoas em que eles têm o potencial de transformar-se. (SINGER, 2002, p.169)

Com relação ao uso de fetos humanos para pesquisas médicas, Singer afirma que “o feto não tem direito algum à vida, nem, estritamente falando, interesse algum por ela” (SINGER, 2002, Pg. 173), muito embora ele considere que tal afirmação não queira dizer que o mesmo não tenha direitos e interesses. Assim, considera Singer que o ponto crucial de tal debate, gira em torno da capacidade de se poder precisar em que momento o feto se torna consciente. Utilizando-se de dados científicos diz Singer que até a décima oitava semana o córtex cerebral, que é responsável pelas sensações de dor e à caracterização da consciência, ainda não está desenvolvido, por isso mesmo, em tese o uso do feto nessa condição seria aceitável do ponto de vista da consciência e/ou da capacidade de sentir dor. Para o filósofo:

Assim, devemos pôr de lado os indícios incertos sobre o estado de vigília e considerar, como linha divisória mais definida, o momento em que o cérebro se torna fisicamente capaz de receber os sinais necessários à consciência. Isso sugere que se estabeleça o limite na décima oitava semana de gestação. Antes disso, não existe uma base sólida para acreditarmos que o feto precisa ser protegido contra os danos acarretados pelas pesquisas, pois ainda não é possível fazer-lhe algum mal. Depois desse período, o feto precisa de proteção contra danos e ferimentos, nas mesmas bases que os animais sencientes, mas não conscientes de si (SINGER, 2002, p. 175).

Singer fala ainda com relação à perspectiva do uso do aborto como via para doação de tecidos fetais. Leva em consideração a questão legal inerente a essa possibilidade, questionando acerca dos limites e pressões sociais a que as mulheres podem ser submetidas, sejam elas com relação ao caráter de cumplicidade, econômico, afetivo, altruista, e analisando também a questão de leis que defendem que a doação de tecido fetal deve ser feita com base no anonimato. Diz ele, que quando se leva em consideração a possibilidade de salvar vidas com tal doação, se torna difícil analisar a conduta de alguma mulher que engravide e aborte para salvar um outro filho que ame, por exemplo, assim, por mais que possamos ser contrários a tal atitude, não podemos em sã consciência condená-la. Do ponto de vista de Singer:

Apesar da boa vontade com que aceito a idéia de facilitar o uso de tecido fetal, reluto muito em ceder ao mercado livre. Não porque eu ache que as mulheres não sejam capazes de proteger-se contra a exploração comercial; na verdade, não me parece uma forma de exploração pior do que aquelas que aceitamos em formas mais comuns de empregos. Pelo contrário, não me agrada a idéia de um mercado livre de tecido fetal, pois, como R. M. Titmuss afirmou há muitos anos, com relação ao caso dos suprimentos de sangue com finalidades médicas, quando escolhemos entre uma política social baseada no altruísmo e outra baseada no comércio, estamos fazendo uma escolha entre dois tipos de sociedade. Por um grande número de razões, talvez seja melhor que existam coisas que o dinheiro não possa comprar; algumas circunstâncias nas quais possamos confiar no altruísmo daqueles

que amamos, ou mesmo de estranhos que fazem parte de nossa sociedade. Defendo a necessidade de esforços para resistir à crescente comercialização de todos os aspectos de nossas vidas, portanto, estou entre os que se opõem à comercialização de tecido fetal.(SINGER, 2002, p. 178)

Singer afirma que ao tratar do aborto que leva à questão do infanticídio, conseqüentemente se chega à discussão acerca da eutanásia. Diz ele, que equivocadamente se usa o termo eutanásia para a terminalidade dos indivíduos com doenças graves caracterizadas como incuráveis, com as quais estes indivíduos sofrem de angústia e dores insuportáveis, quando na verdade, segundo o próprio dicionário, eutanásia significa “morte serena, sem sofrimento” (Singer, 2002, pg. 185). Assim, a eutanásia estaria segundo Singer, buscando a diminuição da dor e do sofrimento, e portanto, de acordo com o princípio de utilidade, qual seja, o benefício máximo para os afetados por tal ação.

Com relação à eutanásia voluntária Singer a classifica como a morte de uma pessoa, um ser racional e consciente de si mesmo, posto que essas condições são necessárias e suficientes para que um ser possa consentir a própria morte. Mas, segundo Singer, pode acontecer que no momento em que se pretenda consentir tal ação, tal ser, apesar de consciente, possa não ter condição de dar esse consentimento explicitamente, podendo então tê-lo feito anteriormente, o que segundo Singer classifica muito bem a eutanásia não-voluntária, dizendo ainda mais que desse ponto de vista as duas até mesmo se confundem. Singer levanta então a questão de que matar um ser autoconsciente caracteriza-se como um evento bem mais sério do que tirar a vida de um ser consciente, e fundamenta sua argumentação da seguinte maneira:

1. A clássica afirmação utilitarista de que, como os seres autocientes são capazes de temer a própria morte, matá-los tem piores efeitos sobre os outros.
2. A perspectiva utilitarista preferencial que vê a frustração do desejo que a vítima tem de continuar vivendo como um importante motivo contra a sua eliminação.
3. Uma teoria dos direitos segundo a qual, para ter um direito, uma pessoa precisa ter a capacidade de desejar aquilo a que tem direito, de tal modo que, para ter direito à vida, é preciso que também se tenha a capacidade de desejar a continuidade da própria existência.
4. O respeito pelas decisões autônomas de agentes racionais. (SINGER, 2002, p. 203-204)

Singer enfatiza esse quarto ponto, no sentido de que a questão de uma teoria do direito, nos leva a ver que o direito da pessoa se configura plenamente no momento em que o detentor do mesmo pode até mesmo abrir mão de tal direito. Assim sendo, Singer coloca que

o princípio da autonomia torna-se um caminho seguro para a questão da eutanásia. E sua visão:

Por último, o princípio do respeito pela autonomia diz que devemos permitir que os agentes racionais vivam as suas vidas de acordo com as suas próprias decisões autônomas, livres de coerção ou interferência; mas, se os agentes racionais optarem autonomamente por morrer, o respeito pela autonomia deve levar-nos a ajudá-los a pôr em prática a sua opção. (SINGER, 2002, p. 205)

Na reflexão acerca da eutanásia, Singer passa a sensação de sua abertura no sentido de analisar todas as possibilidades e argumentações. Leva em consideração a questão do diagnóstico e/ou prognóstico, a questão das probabilidades quanto a erros desses diagnósticos e prognósticos, o avanço com relação aos cuidados com pacientes terminais, medicamentos mais apropriados e todos os avanços que buscam proporcionar que se morra em paz e sem dor. Mas, segundo ele, tanto com relação ao erro no diagnóstico e prognóstico, quanto à disponibilidade dos cuidados acima citados, se configuram como de pequena probabilidade, o que não se configura como justificativa para refutação suficiente para rejeição da eutanásia. Do seu ponto de vista:

Talvez um dia seja possível tratar todos os pacientes terminais e incuráveis de tal modo que nenhum deles peça a eutanásia e que o tema perca toda e qualquer relevância; hoje, porém, isso não passa de um ideal utópico e não há um só motivo para se recusar a eutanásia aos que devem viver e morrer em condições muito menos confortáveis. Seja como for, é extremamente paternalista dizer aos pacientes moribundos que, agora, estão sendo tão bem-tratados que não é preciso oferecer-lhes a opção da eutanásia. Legalizar a eutanásia e permitir que os pacientes decidam se a sua situação é ou não suportável estaria muito mais de acordo com o respeito pela liberdade individual e pela autonomia. (SINGER, 2002, p. 209)

Com relação a eutanásia, Singer cita o protocolo criado pela justiça holandesa como condição para a elaboração de leis que permitam a prática da eutanásia. O que ele chama atenção é com relação à eutanásia involuntária. Levanta a questão acerca da possibilidade de chegar-se a assistir um sofrimento tão grande e tão evidente, que a alternativa da eutanásia involuntária se justificaria. Segundo ele, a questão é saber se é possível avaliar pelo outro, posto que mesmo assim esta pessoa pudesse escolher continuar vivendo. Diz, que o melhor sinal para que se possa agir com respeito à pessoa em questão, é saber se a mesma deseja continuar vivendo. No entanto, segundo Singer, necessitamos considerar a possibilidade de que a pessoa não tenha uma idéia clara de como ela vai ser afetada com o passar do tempo com relação ao nível de sofrimento. Com relação a essa questão da eutanásia, ainda mais a

involuntária, Singer estabelece que a escolha da ação a ser consumada pode se dar no nível crítico, no qual a justificação da adoção da eutanásia se daria a partir das evidências racionais. Enquanto que no nível da nossa racionalidade a partir da nossa moral cotidiana necessitaria de uma margem de segurança mais abrangente, isto é, se os que estão para findar a vida:

1. Não tiverem condições de consentir com a própria morte por faltar-lhes a capacidade de compreender a escolha entre a continuidade de sua própria existência ou a não-existência, ou
2. tiverem a capacidade de escolher entre a continuidade de sua vida ou a morte, e tomarem a decisão informada, voluntária e firme de morrer. (SINGER, 2002, p. 211)

Uma outra importante consideração que Singer leva a cabo, se dá na esfera de classificar a eutanásia enquanto ativa e passiva, o que veremos mais a seguir, têm consequências não só relativas quanto ao tema específico do aborto, mas também com relação a própria concepção da ética quanto a diferenciação ou não entre tirar a vida, e não esforçar-se para mantê-la. Segundo Singer tal questão tem a ver diretamente com a chamada “doutrina dos atos e das omissões” (SINGER, 2002, p. 216). Classifica Singer tal doutrina, como uma forma de negação de uma ação condenável do ponto de vista de alguma regra moral, como a questão do “não matar.” (SINGER, 2002, p. 216) Como com relação à questão médica que envolve tomar decisões acerca de salvar vidas e/ou aliviar sofrimentos, depende fundamentalmente dos envolvidos diretamente no processo, pois que se por um lado é proibido praticar a eutanásia, do outro se pratica a omissão quanto a aplicação de medicamentos que mantêm vivos pacientes terminais que têm diagnósticos irreversíveis quanto a uma recuperação, ressalta Singer que com a postura da prática da omissão pode-se, eventualmente, a tender-se aumentar o sofrimento do paciente em questão. Então, a questão é qual linha que diferencia ou separa o matar ou deixar morrer? Para ele:

...não existe nenhuma diferença moral intrínseca entre matar e permitir a morte. Ou seja, não existe diferença que dependa exclusivamente da distinção entre um ato e uma omissão...Permitir que alguém morra – o que às vezes se chama de “eutanásia passiva” – já é aceito como um procedimento humanitário e apropriado em certos casos. Se não existe nenhuma diferença moral intrínseca entre matar alguém e permitir que alguém morra, a eutanásia ativa também deveria ser aceita como humanitária e apropriada, em determinadas circunstâncias. (SINGER, 2002, p. 219)

Singer analisa ainda, a questão acerca do argumento contra a eutanásia baseada na alegação de que uma lei que permitisse tal procedimento, abriria caminho para a consolidação

do genocídio. Diz Singer que os que assim argumentam têm em mente o retrovisor focado na história nazista, ao que Singer diz que para se matar no mundo, ainda mais no mundo de hoje, há que se concluir que indivíduos e estados não necessitam do respaldo de usar a perspectiva de diminuir sofrimentos e angústias, para matar. E assim, conclui Singer acerca da eutanásia:

Se a eutanásia só pudesse ser feita por um membro da profissão médica, com a cooperação de um segundo médico, não é provável que a propensão a matar se difundisse, incontrolável, por toda a comunidade. Por sua capacidade de se recusarem a fazer um tratamento, os médicos já detêm um considerável poder sobre a vida e a morte. Não há indícios de que os médicos que começam por permitir que bebês com graves deficiências morram de pneumonia passem a recusar antibióticos às minorias raciais ou aos extremistas políticos. Na verdade, a legalização da eutanásia talvez se convertesse num obstáculo ao poder dos médicos, pois colocaria às claras, e sob a fiscalização de outro médico, aquilo que alguns desses profissionais já vêm fazendo por iniciativa própria e às escondidas. (SINGER, 2002, p. 226)

Assim, com a discussão acerca da eutanásia, Singer avança no sentido de que ao mesmo tempo em que não se permite a eutanásia, se deixa morrer, quando se tem meios para prolongar a vida. Com isso, Singer questiona se existe uma distinção a ser feita entre matar e deixar morrer, argumentando mesmo, que tal distinção não tem fundamento ético. A partir de tal discussão, Singer abre a perspectiva para analisá-la do ponto de vista mais geral, no sentido de uma análise necessária acerca da visão ou imagem que baseia a nossa prática no mundo. Ao extrapolar o tema da eutanásia e trazer a questão do matar e deixar morrer no mundo, Singer olha para as concepções que norteiam a ética que ele chama de tradicional, revelando com isso um mundo no qual talvez se mate muito menos do que se deixa morrer. Quando Singer analisa as relações entre a riqueza e a pobreza no mundo, vê-se que queiramos ver ou não, deixa-se morrer 14 milhões de crianças anualmente no mundo, apenas por falta de condições mínimas necessárias para sobrevivência.

Assim, diz Singer, a pobreza no mundo mata mais do que qualquer catástrofe que porventura assale o mundo. A riqueza no mundo se configura como o oposto dessa condição, visto que essa parcela da humanidade tem muito mais do que o necessário para atender todos os requisitos de uma vida digna, isto é, uma vida na qual todas as demandas humanas sejam atendidas. E mais, não só atendem tais demandas, mas fundamentalmente, se bem equacionadas poderiam atender bem mais pessoas, ou dita de outra forma, poderiam deixar de morrer bem mais pessoas. E isso não acontece, segundo Singer, porque as transferências daqueles que têm em sobra repassam muito pouco para os que quase nada, ou nada, têm. A grande questão para Singer é: que podemos afirmar que esse processo de omissão ou seja lá

como possamos chamar, é o equivalente moral do matar ou assassinar? Em seu raciocínio:

Se assim é, não podemos deixar de concluir que, por não darem mais do que damos, as pessoas dos países ricos estão permitindo que os que vivem nos países mais pobres sofram de pobreza absoluta, com a conseqüente desnutrição, falta de saúde e morte. Esta conclusão não diz respeito apenas aos governos. Aplica-se também a cada indivíduo absolutamente rico, pois todos nós temos a oportunidade de fazer alguma coisa para melhorar essa situação; temos, por exemplo, a oportunidade de dar nosso tempo ou dinheiro para organizações...Portanto, se o fato de permitir que alguém morra não é intrinsecamente diferente de matar alguém, fica a impressão de que somos todos assassinos. (SINGER, 2002, p. 233-234)

A partir de então, Singer elege algumas possíveis diferenças entre uma vida cheia de elementos que se poderiam classificar como desnecessários, sobretudo quando se poderiam usá-los para salvar vidas, e a atitude deliberada de matar. Singer, ao analisar tais diferenças, nos faz lembrar de Bentham, posto que analisa primeiro a motivação como agimos no mundo. Em segundo lugar analisa a questão da permissividade no mundo, e a conseqüente dificuldade de se agir conforme regras que busquem o atendimento de preceitos éticos, ou seja, o universo de possibilidades humanas que atendam à demanda universal consciente dos seres humanos. Em terceiro lugar a certeza se agindo no mundo a partir da doação, se tal doação chegará na ponta ou em quem precisa da mesma. Em quarto, a questão já abordada no caso da eutanásia, acerca da vítima do crime, posto que ilusoriamente, quando se deixa morrer alguém distante, achamos que não temos nenhuma responsabilidade para com isso. E em quinto lugar, o argumento de que independente de mim, as pessoas morreram, morrem e morrerão de qualquer forma. Do seu ponto de vista:

As diferenças extrínsecas que normalmente estabelecem uma distinção entre matar e deixar morrer explicam por que normalmente consideramos a primeira opção muito pior do que a segunda.
Explicar as nossas atitudes éticas convencionais não significa justificá-las.
As cinco diferenças não só explicam, como também justificam nossas atitudes? (SINGER, 2002, p.236)

Assim, Singer coloca que as questões relativas às diferenças acima citadas, por serem de caráter extrínseco, não só não explicam, quanto menos justificam nossas ações baseadas na concepção imagética do mundo em que vivemos. Ou seja, vivemos num mundo rodeado de ilusões acerca de como justificar nosso modo de vida a partir de nossa ética tradicional. Singer chama-nos para rompermos o paradigma da ética tradicional no sentido de assumirmos nossa responsabilidade a partir da perspectiva individual, com vistas à perspectiva coletiva.

Logo, diz Singer, por não identificarmos uma vítima precisa através de nossa omissão no mundo, não quer dizer que não às façamos diuturnamente. O fato da possibilidade de alguém desviar o dinheiro que doamos e, ainda mais profundamente nos questionarmos acerca de nossa motivação, ainda quando tratamos de conscientizarmo-nos da verdadeira motivação que nos move tanto para matar , quanto para evitar que se morra. Assim, diz Singer, ao analisarmos a relação entre a questão dos atos e omissões e a postura assumida com relação à responsabilidade inerente às nossas escolhas, as diferenças e/ou crenças acima citadas, não se consubstanciam como fundamento para que nos escusemos nas ações e omissões dos outros, como forma de mascararmos nossas responsabilidades perante o mundo em que vivemos, em toda e qualquer escolha que fazemos. Na concepção do filósofo:

A idéia de que somos diretamente responsáveis por aqueles que matamos, mas não pelos que deixamos de ajudar, decorre de uma noção muito questionável de responsabilidade, e talvez seja preciso fundamentá-la numa teoria controversa dos direitos. As diferenças de certeza e motivação são eticamente importantes, e mostram que não ajudar os pobres não é igual a matá-los; poderia, contudo, estar no mesmo nível do ato de matar alguém por estar dirigindo irresponsavelmente um carro, o que já é sério o suficiente. Por fim, a dificuldade de cumprir por inteiro a obrigação de salvar todas as pessoas possíveis faz com que se torne inadequado censurar os que não alcançam esse objetivo da mesma forma que censuramos os que matam; isso, porém, não mostra que, em si, o ato seja menos sério, nem indica nada a respeito daqueles que, longe de salvar todas as pessoas possíveis, não se empenham em salvar nenhuma. (SINGER, 2002, p. 239-240)

Argumenta Singer, que com relação à obrigação que supostamente temos de ajudar os outros está no argumento de que se é possível para nós agirmos para impedir que algo de ruim aconteça, sem maiores sacrifícios do ponto de vista da relevância de cunho moral, assim devemos agir no mundo. Então, Singer diz que para um utilitarista conseguir evitar o que é ruim, passe por quebrar crenças e paradigmas da ética tradicional cultural e historicamente assentadas. E mais, segundo Singer ao debruçarmo-nos de forma mais aprofundada acerca desse postulado, forçosamente chegaríamos à uma obrigatória revolução e transformação do mundo em que vivemos, posto que existe ainda hoje pessoas que morrem no mundo, por absoluta falta de condições mínimas de sobrevivência, qual seja, a miséria, à qual nenhuma teoria ética bem fundamentada conseguiu refutar. Logo, diz Singer, a pobreza absoluta é uma coisa ruim e, sendo assim, os ricos têm as condições necessárias para resolver, definitivamente, tal problema, sem que com isso sacrifiquem alguma instância moralmente significativa na sua vida. Portanto, dentro do escopo tratado pelo autor até aqui:

...Se estes dois pressupostos e o princípio que temos discutido forem corretos, temos uma obrigação não menos forte do que a que nos leva a impedir que uma criança se afogue num lago. Não ajudar seria errado, seja ou intrinsecamente equivalente a matar. Ajudar não é, como se costuma pensar, um ato caridoso, digno de ser praticado, mas do qual não é errado eximir-se; é uma coisa que deve ser feita por todos.

Primeira premissa: Se pudermos impedir que algo de ruim aconteça sem termos de sacrificar algo de importância comparável, devemos impedir que aconteça.

Segunda premissa: A pobreza absoluta é uma coisa ruim.

Terceira premissa: Existe uma parcela de pobreza absoluta que podemos impedir sem que seja preciso sacrificar nada de importância moral comparável.

Conclusão: Devemos impedir a existência de uma parcela de pobreza absoluta. (SINGER, 2002, p. 241-242)

Segundo Singer, a primeira premissa pode, independente das diferentes concepções éticas adotadas, ser plenamente aceita. A segunda se coloca na condição de impossibilidade de ser refutada, de tão óbvia que é com relação à própria condição humana. E a terceira, pode ser questionada, mas que de acordo com ele, tais questionamentos ao serem analisados de uma forma mais aprofundada, caem muito mais no caráter do encobrimento da realidade insensível e sem sentido, que através do processo histórico cultural assentamos. Assim, se posso agir para diminuir a pobreza absoluta, não importa quantos vou salvar, nem se vou acabar com a mesma, nem a questão do direito de propriedade, nem a questão de uma possível contribuição para a superpopulação. Imputarmos aos outros a culpa pela não resolução de tal problema ou, em última instância imputar tal responsabilidade ao estado, como é de fácil constatação no mundo em que vivemos, não é uma justificativa plausível.

Singer nos instiga a que, apenas necessitamos fazer a nossa parte, que afinal, é a parte pela qual devemos e, efetivamente, vamos contribuir para diminuição de tal processo, e responder perante nossa consciência. Ao assim fazer, sem sacrificar aspectos que tenham significado moral importante na minha vida, eis que a terceira premissa conquista o caráter justificado de universalizabilidade. Logo, toda e qualquer questão inerente à condição de vida das pessoas dos países industrializados, que têm as necessidades básicas de sobrevivência atendidas, de longe podem se configurar como desculpa ou razão para justificar a quantidade de pessoas que estão no estado de pobreza absoluta em pleno século XXI, seja que valores morais admitamos como linha de ação no mundo. Se olharmos bem para nossa realidade, Singer com seus argumentos parece querer nos conduzir a uma nova postura ética no sentido de que necessitamos sair da esfera da culpabilização, que se configura como um processo no qual olhamos apenas para a exterioridade, e passarmos a assumir nossas responsabilidades para podermos vislumbrar um mundo mais ético, por isso mesmo, humano.

De acordo com Singer, usamos também, o argumento de que devemos cuidar daqueles que nos são mais próximos, seja essa proximidade baseada na raça, na comunidade, no parentesco, na cidadania, pois que ao mesmo tempo em que isso é uma realidade, ou seja, devemos e temos obrigação de cuidar daqueles que estão sob nossa responsabilidade, mas o fato é que, se estes estão com as condições básicas de sobrevivência atendidas e, de alguma forma nos sobra uma margem de recursos que podemos redireioná-los, assim devemos fazê-lo, em detrimento do consumismo proposto pelo capitalismo a que estamos acostumados. Em sua visão:

O ônus de mostrar de que modo uma recusa a dar particularmente vai fazer com que o governo dê mais incide sobre aqueles que se recusam a dar. Isso não quer dizer que dar particularmente seja suficiente. Sem dúvida, devemos lutar pela introdução de padrões totalmente novos de ajuda internacional pública e privada. Também devemos trabalhar por relações comerciais mais justas entre países ricos e pobres, e por um menor controle das economias dos países pobres por parte das empresas multinacionais, mais preocupadas em gerar lucros para os seus acionistas no exterior do que em produzir alimentos para os pobres locais. Talvez seja mais importante ser politicamente ativo na defesa dos interesses dos pobres do que dar alguma coisa a eles – mas por que não juntar as duas coisas?. (SINGER, 2002, p 254)

Singer questiona então, se ao admitirmos a necessidade de repensarmos nossa postura ética em relação à questão da pobreza absoluta, e a conseqüente obrigação de os ricos ou os que têm alguma sobra, doarem aos mais necessitados, se tal questionamento não nos imprime um padrão de exigência excessivamente alto, acessível apenas aos que estão no nível angelical. Talvez, nos seja de fácil constatação tal negatividade mundana, visto ser flagrante na nossa postura ética tradicional, a conceituação acerca do universo de possibilidades do modo humano de ser, qual seja, o caráter reiterado do impossível como limitador das transformações necessárias para que mudemos o mundo em que vivemos e, suas contradições fortes e sem fundamento, como a questão da pobreza absoluta, que num tempo de produção de tanta riqueza como o que vivemos, ainda exista tamanho absurdo para a dita “racionalidade” humana, e seu pretensioso status de superioridade sobre todas as outras formas de vida. Segundo as indagações do autor:

Será verdade que o padrão estabelecido pelo nosso argumento é tão alto a ponto de ser contraproducente?... o padrão convencionalmente aceito – algumas moedas numa latinha, quando uma delas é agitada diante do seu nariz – é obviamente baixo demais... Não se deve propor uma cifra mínima ou máxima, mas parece correto defender que os que têm rendimentos médios

ou acima da média, nas sociedades ricas devem dar um décimo de sua renda para diminuir a pobreza absoluta. Por quaisquer padrões éticos razoáveis, isto é o mínimo que devemos dar, e estaremos agindo mal se dermos menos. (SINGER, 2002, p. 258-259)

Ao tratar do tema relativo à questão ética da ajuda humanitária internacional, Singer reflete sobre os limites relativos à definição de comunidade moral. Traz à tona a condição dos cerca de milhões de refugiados existentes no mundo. Discorre sobre o status moral dessa parcela significativa da humanidade, e quem as socorre e de que forma. Segundo ele, esses refugiados estão relegados a serem socorridos por países pobres, que por sinal, pouco tem a oferecer-lhes. A questão a saber, diz Singer é, quais os parâmetros éticos verdadeiramente relevantes para que tais países recebam ou rejeitem tais indivíduos? Segundo ele, a crença prevalente no mundo, baseia-se na argumentação de que ninguém ou nenhum país tem alguma obrigação moral de fazê-lo, senão que ao fazê-lo, somos de uma classe distinta dos reles mortais, configurando-nos como generosos e por demasiado humanos. Ao falarmos hoje sobre tal questão, o problema se nos afigura como ainda mais complexo e concreto, se tomarmos como exemplo a questão não só de refugiados, mas também de pretensos imigrantes, principalmente com relação à Europa e Estados Unidos, e ainda, se levarmos em conta que tal análise Singeriana, data de mais de dez anos. Para Singer:

Muito poucos filósofos morais têm dado atenção ao problema dos refugiados, ainda que este seja, claramente, um dos principais problemas morais do nosso tempo e coloque questões moralmente significativas a respeito de quem é membro de nossa comunidade moral...Uma comunidade política tem o direito de excluir homens e mulheres destituídos, perseguidos e sem pátria simplesmente por serem estrangeiros?...Dar acolhida a um estrangeiro em uma família é algo que, poderíamos achar, extrapola as exigências de ajuda mútua, mas introduzir um estrangeiro, ou até mesmo muitos estrangeiros, numa comunidade é muito menos difícil de suportar. (SINGER, 2002, p. 267-268)

Com a análise singeriana, talvez possamos vislumbrar a questão da ocupação espacial no mundo da perspectiva do crescimento da população mundial e suas consequências. Num tempo de globalização, faz-se necessário perguntarmo-nos, se tal fenômeno se dá apenas no aspecto conjectural, ou podemos sonhar, efetivamente, em construir a partir da velha visão de mundo, uma nova visão que possibilite encararmos o real e todas as suas consequências, para podermos acessar o ideal, que por hora se configura como de caráter de impossibilidade. Assim, Singer nos leva a refletirmos acerca do balanço necessário que temos que fazer entre a nossa ação e omissão. Assim como a questão entre

matar e deixar morrer, no campo dos refugiados, estamos falando entre acolher e rejeitar, mas rejeitamos muito mais do que acolhemos e, a ínfima parte que acolhemos se dá pela via inconsciente, posto que a base possibilitadora de tão pequeno gesto, é a caracterização de cunho engrandecedor de humanismo.

O que a postura consequencialista de Singer nos propõe, com relação a um problema mundial tão complexo e de difícil resolutividade, é que usemos o princípio da igual consideração de interesses, ou seja, que levemos em consideração todos os interesses dos que estão envolvidos. Mas, aí é que está, será que mesmo no século em que estamos, de tanto avanço técnico-científico, da criação de riqueza como em nenhuma outra época, diga-se de passagem, avançamos também no campo humano, no sentido de ver que o mundo é um só, que as distâncias vão-se pulverizando cada vez mais, que a população cresce em ritmo acelerado e, que mais cedo ou mais tarde vamos ter que olhar de forma diferente para tal realidade, como condição indispensável para nossa própria sobrevivência. Aliás, talvez possamos ver nas proposições singerianas, acerca da visão de mundo tradicionalmente assentada, o motivo de tão grande reação à sua postura, afinal de contas, tudo que tem o caráter diferenciado no olhar assusta, põem instância de medo, posto ser mais seguro agarrarmo-nos ao já consolidado. Neste sentido, Singer coloca que necessitamos pensar e repensar, uma ética que vislumbre um só mundo em que, efetivamente compartilhamos, mas que é globalizado apenas nas dimensões que envolvem interesses materiais e relega interesses baseados no ser.

A oportunidade da análise singeriana em todo e qualquer tema de sua ética prática, se dá na medida em que ele se abre para todas as possibilidades, isto é, imprime um caráter o mais aprofundado possível no seu olhar, como forma de buscar chegar à melhor consequência, posto que procura sempre levar em consideração todos os interesses dos afetados em questão. Para Singer:

...O primeiro passo para a aplicação do princípio da igual consideração de interesses consiste em identificar aqueles cujos interesses são atingidos. O primeiro e o mais óbvio dos grupos é o dos refugiados. Os seus interesses mais prementes e fundamentais estão claramente em jogo. Num campo de refugiados, a vida oferece muito poucas perspectivas além da mera subsistência; muitas vezes, nem mesmo isso. (SINGER, 2002, p. 270)

Neste sentido, Singer procura analisar todos os interesses em questão, posto que se os refugiados têm demandas a serem atendidas, por outro lado necessita-se saber todas as possíveis consequências para as comunidades que resolvam acolher determinada parcela de

indivíduos e toda a sua carga histórico cultural inerente à sua condição. Assim, para ele:

Por outro lado, os refugiados aceitos por outro país têm uma boa oportunidade de estabelecer-se e levar uma vida tão satisfatória e produtiva quanto a maior parte de nós...O Proximo grupo a ser mais diretamente afetado é o dos habitantes do país receptor. O quanto vão ser afetados vai variar conforme o número de refugiados aceitos, o seu grau de ajustamento à nova comunidade, a situação corrente da economia nacional, e assim por diante. Alguns habitantes vão ser mais afetados do que outros; alguns vão acabar competindo com os refugiados no mercado de trabalho, outros não – e eu poderia continuar arrolando essas possibilidades ad infinitum. (SINGER, 2002, p. 271)

Com isso, Singer argumenta que necessário se faz analisar essas infinitas possibilidades e os interesses subjacentes e suas consequências inerentes. A primeira diz respeito à questão da capacidade de acolhimento de refugiados num determinado país, posto que a partir do momento que se acolhe uma leva de refugiados existe a possibilidade de que tal acolhimento incentive novas parcelas de refugiados, o que talvez também incentive a inação dos países de origem de resolver seus problemas em vez de transferilos para os outros. O que não quer dizer, que possamos defender a postura atual na qual os países mais ricos do mundo deixem os mais pobres entregues à sua própria sorte.

Assim, diz Singer, precisamos refletir o mais profundamente possível, nas consequências advindas das posturas assumidas seja no campo étnico-cultural, econômico, ambiental, trabalhista, produtivo, educacional, religioso, etc. Pr isso, segundo o autor:

...Contudo, o status quo é o rsultado de um sistema de egoísmo e oportunismo nacionais, e não o resultado de uma tentativa sincera de pôr em prática as obrigações morais das nações desenvolvidas, num mundo que tem quinze milhões de refugiados...Seria igualmente fácil aumentar, aos poucos, o número de entrada de refugiados, administrando os efeitos do aumento através de bem-elaboradas pesquisas. Desse modo, poderiam cumprir as suas obrigações morais e geopolíticas e, ainda, beneficiar as suas próprias comunidades. (SINGER, 2002, p. 276-277)

Com essa análise, Singer tenta abordar todas as possíveis consequências de eventuais posturas com relação a acolher ou não pessoas, no sentido de repensar a geopolítica mundial, o que, naturalmente, envolve questões éticas necessariamente. A partir de tal debate, Singer entra no debate acerca da questão ambiental, que tem a ver diretamente com a reflexão necessária para repensarmos o modo-humano-do viver-no-mundo. A questão inicial acerca do meio ambiente que Singer coloca, é a questão do progresso versus a preservação da natureza. Coloca Singer que a concepção ética tradicional ocidental que baseia a nossa relação com a

natureza, tem relação com o que ele classifica como sacralização da vida humana, isto é, tudo que existe no mundo tem como finalidade servir à humanidade em todas as suas demandas, sejam elas quais forem. Esse argumento tem como fundamento a concepção hebraica consubstanciada na Bíblia e também na filosofia da Grécia antiga, segundo Singer. Assim:

De acordo com a tradição ocidental dominante, o mundo natural existe para o benefício dos seres humanos. Deus deu a eles o domínio sobre o mundo natural e não se importa com a maneira como o tratamos. Os seres humanos são os únicos membros moralmente importantes desse mundo. Em si, a natureza não tem nenhum valor intrínseco, e a destruição de plantas e animais não pode configurar um pecado, a menos que, através dessa destruição, façamos mal aos seres humanos. (SINGER, 2002, p. 283)

Com isso, Singer nos chama a atenção de que mesmo todo o movimento ecológico que eclodiu nas últimas décadas do século XX, tem como base a defesa da preservação dos recursos naturais existentes no mundo, como forma de uma melhor condição para a humanidade, fora disso, talvez seja estranho a defesa da natureza, ou seja, a questão a saber então é, se as riquezas naturais ou a vida natural têm algum valor intrínseco. Dessa forma, para o autor:

...é óbvio que, mesmo no âmbito de uma estrutura moral centrada no homem, a preservação do meio ambiente é um valor da máxima importância possível.

Do ponto de vista de uma forma de civilização baseada na agricultura e na criação de animais, as florestas podem parecer uma terra inútil, uma área que precisa de queimadas e derrubadas para tornar-se valiosa e produtiva...o que restou das verdadeiras florestas assemelha-se a ilhas em meio a um oceano de atividade humana que ameaça destruí-las. Isso confere às regiões selvagens e incultas um valor de raridade que constitui a base de um forte argumento em favor da preservação, mesmo nos termos de uma ética centrada no ser humano. (SINGER, 2002, p. 284)

Um dos argumentos de que Singer se utiliza para refletir acerca da questão ambiental, diz respeito à preocupação com as futuras gerações, o que, diga-se de passagem, não nos apresenta nenhuma novidade com tal tipo de abordagem. Quando assim o faz, Singer questiona sobre o custo benefício do uso dos recursos naturais para se obter resultados econômicos, que supostamente trazem benefícios aos seres humanos. Logo, o olhar que Singer dispensa sobre tal problema, envolve necessariamente a relação temporal condicionante de tal processo. Segundo ele, as vantagens que hoje se configuram como justificáveis, quando observadas durante um período de prazo mais longo, decerto podem tornar-se um preço excessivamente alto para as futuras gerações, ainda mais quando da

impossibilidade de saber qual seria a opção dos futuros interessados. Assim, Singer analisa o valor cênico, biológico e estético dos recursos naturais, como fonte de ligação com um passado que remonta propriamente ao início da vida. Em sua visão:

...para muitas pessoas, as florestas são a fonte dos maiores sentimentos de plenitude estética, uma coisa que quase chega a uma intensidade espiritual...Portanto uma ética centrada no homem pode ser a base de poderosos argumentos a favor do que poderíamos chamar de “valores ambientais”. Tal ética não implica que o crescimento econômico seja mais importante do que a preservação da natureza; pelo contrário, é bastante compatível com uma ética centrada no homem o ponto de vista que vê o crescimento econômico baseado na exploração dos recursos não-renováveis como algo que traz benefícios à presente geração, e talvez a mais uma ou duas gerações, mas a um preço que terá de ser pago por todas as gerações que vierem depois. (SINGER, 2002, p. 287-289)

Então Singer retoma a questão acerca do valor intrínseco das coisas no mundo. Reflete sobre a questão do valor da vida, discutindo e ou questionando se podemos ir além das fronteiras dos seres humanos, dos seres sencientes e até mesmo dos seres não-sencientes, ou seja, será que os seres inanimados têm ou devem ter alguma importância? E mais, quando se fala desses seres inanimados, qual o critério de valor usaremos para elaborarmos uma, digamos, escala de valor, se é que isso possa ser feito? Temos assim que:

Além do mais, no caso das plantas, dos rios e dos mísseis teleguiados é possível oferecer uma explicação exclusivamente física do que acontece; e, na ausência de consciência, não existe um bom motivo pelo qual devemos ter um maior respeito pelos processos físicos que regem o crescimento e a decadência das coisas vivas do que o que temos pelos que regem as coisas inanimadas. Sendo assim, no mínimo não é óbvio por que devemos ter mais respeito por uma árvore do que por uma estalactite, por um organismo unicelular do que por uma montanha. (SINGER, 2002, p. 295)

Com relação a isso, Singer analisa a base ética da ecologia profunda que preconiza o valor da vida como necessidade fundamental. A questão fundamental aí, é a questão já antes citada acerca do valor intrínseco da vida, mostrando Singer que os ecologistas profundos, expandem tal valor às coisas inanimadas, também, a uma suposta igualdade biocêntrica. Adentra aí segundo Singer duas questões ou dimensões a saber, o todo circunscrito, isto é, o sentido de valor do todo formado por todos os ecossistemas, e o valor individual e, ainda mais, o processo inter-relacional e inter-dependente ou não. Portanto, para o autor:

...o fato de todos os organismos serem parte de um todo inter-relacionado não sugere que tenham, todos, um valor intrínseco, muito menos um valor intrínseco igual. Talvez só tenham valor por serem necessários à existência do todo, e o todo talvez só tenha valor porque sustenta a existência de seres

conscientes...Essa rejeição da base ética de uma ética da ecologia profunda não significa que o argumento a favor da preservação da natureza não seja forte. Significa apenas que um tipo de argumento – o argumento do valor intrínseco das plantas, das espécies ou dos ecossistemas – é na melhor das hipóteses, problemático. A menos que se possa colocá-lo numa base diferente e mais sólida, devemos restringir-nos aos argumentos baseados nos interesses das criaturas sencientes presentes e futuras, humans e não-humanas. (SINGER, 2002, p. 297-299-300)

Singer coloca que a sociedade de nosso tempo, caminha no sentido oposto daquilo que necessitamos para adquirir aquilo que mais a humanidade em todos os tempos procurou, qual seja, segurança, equilíbrio, prosperidade, futuro garantido. Aponta Singer para o caminho de que devemos mudar hábitos e costumes individuais e coletivos no que concerne à preservação da natureza. Tal mudança abrange todas as dimensões humanas, no sentido de que precisamos ao pensar sobre as perspectivas de futuro e, diga-se de passagem, um futuro sustentável, estarmos dispostos a pagar o preço, pois que forçosa e logicamente já teríamos que ter mudado nosso modo de estar no mundo, seja com relação à questão do trabalho, da economia, do lazer, da alimentação, etc. E, tudo isso, a partir de se considerar os interesses de todas as criaturas sencientes. Singer fala da questão estética das paisagens naturais, a questão da super-população e todas as consequências do modo capitalista da sociedade, e sua base de consumo desenfreado como critério de sucesso e uma decorrente ilusória felicidade.

Neste sentido, questiona Singer se estamos dispostos a abrir mão de pequenas coisas e mimos que o desenvolvimento tecnológico nos proporciona, posto que então, temos que propriamente redefinir a concepção de luxo, extravagância e de sentido de tais conquistas. Assim, coisas que para nossa visão contemporânea adquirida parecem simples e inofensivas, como por exemplo o uso do automóvel, traz no seu bojo questões bem mais profundas a partir das consequências implícitas no funcionamento do automóvel e sua produção de gases, além é claro, de toda a cadeia produtiva para fabricá-lo. Na questão do alimento, Singer afirma que 38% da produção mundial de grãos se destina à alimentação de animais que têm como finalidade a alimentação humana. Para a questão ambiental isso tem uma consequência nefasta, posto que o desmatamento e a produção de gases decorrentes da criação dos rebanhos, afeta diretamente o meio ambiente através da produção do metano produzido pelos rebanhos. Para ele:

A ênfase na frugalidade e numa vida mais simples não significa que uma ética ambiental seja contrária ao prazer, mas sim que os prazeres que ela valoriza não provêm do consumo exagerado. Pelo contrário, eles provêm de calorosas relações pessoais e sexuais, do fato de se estar ao lado dos filhos e dos amigos, das conversas, dos esportes e das diversões que estejam em

harmonia com o meio ambiente, em vez de causar-lhe danos; dos alimentos que não se baseiam na exploração de criaturas sencientes, nem resultam na destruição da terra; de todos os tipos de atividades e trabalhos criativos, e (com devido cuidado de não danificar exatamente aquilo que se valoriza) da apreciação dos lugares ainda não arrasados deste mundo em que vivemos. (SINGER, 2002, p. 304)

Outro ponto importante sobre o qual Singer se debruça, é a questão da melhor escolha das ações a serem desenvolvidas no mundo, levando em consideração todos os interesses envolvidos e os resultados pretendidos com as mesmas e sua legalidade e legitimidade. Dito de outra forma, que caminhos se deve percorrer para se obter os melhores resultados para o maior número de indivíduos afetados por tais ações e, se essa estrada que se deve seguir tem que se dar na obrigatória observância da lei? Ou seja, Singer traz um ponto por demais importante para o olhar ético que se tem de dar para os meios que devem lançar mão para se obter os fins desejados, isto é, pode-se ou deve-se desobedecer a lei na busca desses resultados, ainda mais, para a postura ética utilitarista de que Singer se utiliza. A questão a saber é se os meios justificam os fins? A formação da consciência individual e a conseqüente fundação da consciência coletiva, em certos aspectos, diz Singer, talvez nos ajude a clarear tal questão.

Singer coloca que a desobediência localizada às leis pode gerar uma desobediência de forma generalizada, e com isso levar a sociedade a um processo de ruína, podendo até descambar para uma guerra civil, logo devemos obedecer a lei. Outro motivo para obedecer às leis é que se as mesmas existem, é por que foram elaboradas como a melhor forma de se resolver os conflitos, logo, todo e qualquer problema ou conflito de ser resolvido sob os auspícios da lei. Com relação a isso, Singer vai nos dizer que tais motivos para a observância aos critérios da lei são insuficientes para basear todas as possibilidades dos conflitos e ou problemas gerados no mundo. Em sua visão

Essas duas razões para a obediência às leis não são nem universalmente aplicáveis, nem conclusivas...Nos casos em que são aplicáveis, essas duas razões para a obediência não são conclusivas, porque há ocasiões em que os motivos para desobedecermos uma determinada lei são maiores que os riscos de incentivar os outros a desobedecer, ou do que o custo que o cumprimento da lei vai representar para a comunidade. (SINGER, 2002, p.313)

Segundo Singer, tal questão quando examinada sob o prisma dos ideias democráticos e, ainda mais, a democracia representativa de que dispomos hoje no mundo, vemos que o preceito primeiro a ser levado em conta é o prevalecimento da vontade da maioria, muito embora nem sempre a maioria escolha o que é certo ou o melhor para o maior número de

afetados por tal escolha. O processo histórico da humanidade traz exemplos que não deixam dúvidas, como por exemplo o nazismo, as questões ambientais, as próprias eleições, etc., diz Singer. Em suma, Singer trata a questão da desobediência civil como uma possibilidade à qual os indivíduos ou setores da sociedade, senão a maioria, podem recorrer como única forma de se chegar aos fins desejados, a partir da observância da consecução dos melhores resultados para a maioria dos interesses de todos os envolvidos na questão. E, tal ação se dá independente da coerção, da força, mas pela conscientização, pela informação, buscando um vislumbre o mais abrangente possível acerca de tal problemática. E, segundo Singer, tudo isso ao mesmo, se coloca aos auspícios da lei, no sentido de que as pessoas ou setores da sociedade aí envolvidos, assumem plenamente suas responsabilidades. De acordo com ele:

A desobediência civil é um meio apropriado para se chegar a semelhantes fins sempre que os meios legais falham, pois apesar de ilegal, não ameaça a maioria, nem tenta coagí-la (ainda que, em geral, imponha-lhe um custo adicional, quando, por exemplo, é preciso fazer cumprir uma lei). Ao não resistirem à força da lei, ao não optarem por uma estratégia de violência e ao aceitarem as penalidades legais pelos seus atos, os que praticam a desobediência civil tornam patentes a sinceridade do seu protesto e o seu respeito pelo princípio geral de direito e pelos princípios fundamentais da democracia. (SINGER, 2002, p. 319)

Segundo Singer, tal forma de desobediência é justificável a partir do momento que se configura como de interesse da coletividade ou da maioria, que, nesse caso, colabora com o fortalecimento do processo democrático, posto que procura agir de modo transparente, informativo e conscientizador. Enquanto que a desobediência à lei baseada baseada na coerção a partir do simples argumento da maioria, se torna de difícil justificação segundo Singer. A questão a saber de acordo com Singer, é com relação a uma possível adesão ao preceito da maioria, como no caso do genocídio nazista, onde delimitar a linha que divide a prática de males maiores ou sua evitabilidade? E quem e como decide de qual lado dessa linha divisória está o maior perigo e ou prejuízo para a sociedade como um todo? Para o autor:

Essas questões não podem ser resolvidas em termos gerais, pois cada caso é um caso. Quando os males a serem extirpados não são nem profundamente horrendos (como o genocídio), nem relativamente inócuos (como a criação de uma nova bandeira nacional), as pessoas sensatas vão ter opiniões diferentes quanto à justificabilidade de se tentar impedir a implementação de uma decisão ponderada à qual se chegou por via democrática. Quando meios ilegais são usados com essa finalidade, um importante passo foi dado, pois a desobediência, então, deixa de ser “desobediência civil” – se por este termo se entende a desobediência que se justifica por um apelo a princípios que a própria comunidade aceita como a maneira ideal de lidar com os seus problemas. É melhor que tal desobediência seja civil também no sentido de

“resistência passiva”, o que se opõe ao uso da violência ou às táticas do terrorismo. (SINGER, 2002, p. 323)

Com relação à violência, Singer discute também esse tema a partir da perspectiva característica do seu olhar questionador, no sentido mesmo de que necessário se faz analisar a questão acerca da concepção que se tem socialmente assentada do caráter do que podemos chamar de violência. Fundamenta ele a discussão acerca da violência utilizando-se da distinção entre atos e omissões já citada aqui anteriormente, no sentido de que com relação a isso é indispensável a assunção das respectivas responsabilidades, seja por ação, seja por omissão. Diz Singer que, pode-se defender que a violência seja justificada, como no caso de Engels ao defender as classes operárias do século XIX, seja no caso de se matar um ditador indesejável, o que se classificaria de modo distinto, pois que no caso de Engels a responsabilidade seria da própria sociedade, enquanto que o tiro dado no ditador de toda forma seria um assassinato, com um autor específico, mesmo que em nome da sociedade. Assim, segundo Singer teria que se considerar a própria concepção acerca do assassinato, logo para ele revete-se de caráter parcial ou limitado afirmar-se que a violência é sempre condenável. Em suas palavras:

As condenações absolutas da violência mantêm-se ou caem com a distinção entre atos e omissões. Portanto caem...Os consequentialistas precisam perguntar se alguma vez a violência configura o único meio para se chegar a um fim importante, ou, se são o único meio, pelo menos o mais rápido... A violência não é fácil de justificar, mesmo quando se volta contra propriedades, e não contra seres sencientes, ou quando se trata de violência contra um ditador, e não contra a população. Ainda assim, as diferenças entre tipos de violência são importantes, pois é só através da sua observação que podemos condenar um tipo de violência – aquela praticada pelos terroristas – em termos virtualmente absolutos. As diferenças são obscurecidas pelas condenações radicais de tudo quanto se insere na categoria geral de “violência”. (SINGER, 2002, p. 326-330)

Por fim, em sua obra ética prática, Singer questiona acerca da motivação para agirmos moralmente. Afirma ele se tratar de uma pergunta que julga-se normalmente como algo implícito ou pressuposto nas questões relacionadas ao caráter dos problemas ou dilemas existentes no mundo. Assim, ao fazer tal questionamento, Singer diz tratar-se como que da natureza da própria ética, isto é, quando buscamos agir no mundo levando em conta as questões morais, procuramos agir a partir de um ponto de vista ético como um referencial necessário, para que a partir de tal referencial possamos fundamentar nossas ações. Logo, segundo Singer, agir a partir de um ponto de vista ético é procurar agir a partir da busca de uma possível universalizabilidade de nossas ações. Do seu ponto de vista:

A ética exige que extrapolemos o nosso ponto de vista pessoal e que nos voltemos para um ponto de vista semelhante ao do espectador imparcial que adota um ponto de vista universal.

Dado este conceito de ética, “Por que devo agir moralmente?” é uma pergunta que pode ser apropriadamente feita por quem quer que esteja se questionando sobre o dever de só agir com base em premissas aceitáveis desse ponto de vista universal. (SINGER, 2002, p. 335)

Analisa também Singer, a relação entre razão e ética, ou a concepção segundo a qual, agir racionalmente é o mesmo que agir eticamente. Sobre esse aspecto, segundo Singer, uma coisa é justificar uma ação do ponto de vista da racionalidade, outra coisa é justificar do ponto de vista ético uma ação. Diz ele, entre eu e o outro é fácil justificar racionalmente a escolha a realizar a ação melhor para mim, mas do ponto de vista ético esse “melhor” há que ter um sentido diferente, posto que deve adquirir caráter de universalizabilidade. Segundo sua visão:

Assim, essa tentativa de demonstrar a existência de uma ligação entre razão e ética não consegue sustentar-se. Podem existir outras maneiras de forjar essa ligação, mas é difícil imaginar alguma que tenha maior probabilidade de sucesso. O principal obstáculo a ser superado é a natureza da razão prática. Há muito tempo, David Hume afirmou que, na esfera da ação, a razão só se aplica aos meios, não aos fins. Os fins devem ser dados por nossas vontades e nossos desejos...Em conjunto, trata-se de obstáculos de peso, e desconheço uma maneira de superá-los. (SINGER, 2002, p. 338-339)

No que diz respeito à relação entre ética e interesse pessoal, Singer afirma que desde os mais antigos se colocava a concepção da existência do que é certo ser feito o agir moral ou eticamente. Assim, tradicionalmente ética e interesse pessoal estão em oposição necessária para se obter o agir ético. Coloca aí o incremento distintivo entre o motivo da ação e a consequência da mesma, classificando a ação dita ética aquela que tem valor intrínseco, a partir de uma construção histórica de juízos de valor universalmente aceitos. Diz Singer, que a própria linguagem ética corriqueira ou do senso comum, dá bem a noção de confusão acerca da eticidade de uma ação, ao identificá-la como uma ação que é ética porque é certa, desprovida de motivações subjacentes, isto é, invertendo-se propriamente a concepção de ética. Para o autor:

Apesar de não conscientemente criada, a ética é um produto da vida social que tem a função de promover valores comuns aos membros da sociedade. Os juízos éticos fazem isso ao louvar e incentivar as ações que estejam de acordo com tais valores. Os juízos éticos dizem respeito aos motivos, porque essa é uma boa indicação da tendência de uma ação a promover o bem ou o mal, mas também porque é nesse aspecto que o louvor e a reprovação podem ser eficientes para alterar a tendência das ações de uma pessoa... O uso da

linguagem ética é, então, impróprio. Não dizemos, normalmente, que as pessoas devem fazer, ou que têm o dever de fazer, tudo que possa dar-lhes o máximo prazer, pois, em sua maior parte, as pessoas já são suficientemente motivadas para fazer isto mesmo. Assim, enquanto louvamos as boas ações feitas em nome de fazer o que é certo, reprimimos o nosso louvor quando acreditamos que a ação foi praticada a partir de um motivo como o interesse pessoal. (SINGER, 2002, p. 341-342)

Singer também discute a questão de uma possível coincidência entre ética e interesse social, que trazem consigo através das teorias levantadas ao longo da história, a identificação de atributos humanos tais como a benevolência, solidariedade e o bem-estar social, mas também, uma consciência natural que nos aponta quando agimos errado e, por isso, temos um sentimento de culpa. No ponto de vista do autor:

Quão fortes, porém, serão esses sentimentos de culpa ou esses desejos benevolentes? É possível suprimi-los? Se assim for, não é possível que, num mundo em que um número tão grande de seres humanos e outros animais sofrem, a supressão da consciência e da solidariedade para com os outros seja o caminho para a felicidade?...A natureza humana é tão diversa que podemos duvidar que alguma generalização sobre o tipo de caráter que leva à felicidade poderia aplicar-se a todos os seres humanos. (SINGER, 2002, Pg. 344-345)

Ao trazer à baila a questão acerca da busca da felicidade, Singer entra na esfera do que ele considera o questionamento filosófico fundamental, qual seja, a vida tem sentido? Ao levantar tal questionamento, Singer analisa ou nos convida a que analisemos o conceito de felicidade a partir do caráter significativo de uma vida, pois que para ele a vida como um todo não tem sentido. Diz ele que os seres humanos se iludem quando colocam nos prazeres a felicidade, nas coisas do mundo, no exterior e, quando conseguem tal intento vêm que a mesma distancia-se, não sacia. Em suas palavras:

Chamamos de “paradoxo do hedonismo” o fato de que as pessoas que procuram a felicidade pela felicidade quase nunca conseguem encontrá-la, ao passo que outros a encontram numa busca de objetivos totalmente diversos...Portanto, a nossa própria felicidade é um subproduto do desejo de conseguir uma outra coisa, não sendo alcançada quando o objetivo em questão é a felicidade pela felicidade...Se estamos atrás de um objetivo mais amplo do que os nossos interesses pessoais, alguma coisa que nos permita ver as nossas vidas como existências dotadas de uma importância que extrapola os estreitos limites dos nossos estados conscientes, uma solução óbvia é adotar o ponto de vista ético. (SINGER, 2002, p. 349-351)

3 – Peter Singer e a filosofia

A relação de Peter Singer com a filosofia, nos instiga a que o mesmo procura fazer filosofia, se é que podemos assim falar, a partir do modelo grego, qual seja, focar o olhar para todas as coisas ao nosso redor, inclusive aquelas tidas como as mais óbvias do mundo no qual estamos inseridos. Não é a toa que sua filosofia, cause tanta polêmica, posto que Peter Singer vai a partir de sua capacidade de admiração, de espanto, questionar as bases e os fundamentos de nossa visão contemporânea de mundo. Assim, no campo da filosofia moral, Peter Singer como que reinjeta vida no âmbito do que se acreditava morto até o final dos anos da década de 1960. E, Peter Singer assim o faz, a partir de aceitar o convite grego de olhar todo o posto e assentado pelo percurso humano e sua tradição. Desta forma, Peter Singer ao analisar o fundamento moral que baseia nossa visão de mundo que se reflete no nosso agir cotidiano, aponta para uma sociedade que do ponto de vista ético carece de justificação básica ou elementar. Assim sendo, nos diz Peter Singer que se torna imperioso para nós uma mudança de postura com relação ao agir no mundo, se é que ainda temos a capacidade de nos surpreendermos, nos espantarmos e nos admirarmos com o mundo em que vivemos, tanto externo quanto interior. Para Jamieson:

Praticamente todo o trabalho de Singer exemplifica as seguintes três características importantes. Primeiro, ele é revisionista. O ponto de vista da ética prática não é simplesmente compreender o mundo, mas mudá-lo...Uma segunda característica do trabalho de Singer é a matéria dos fatos. A filosofia pode começar onde os fatos se esgotam,..., mas é difícil ver o que a filosofia seria para Singer, se não começar com uma apreciação viva da maneira como as coisas são. A observação de que os fatos parecem banais podem importar para a maioria das pessoas, até mesmo para a maioria dos acadêmicos, mas os filósofos muitas vezes fingem que “meros” fatos empíricos não têm nada a ver com qualquer coisa de significado filosófico, e quando este conceito torna-se difícil de sustentar, muitas vezes eles inventam fatos (sob o disfarce de experiências de pensamento) ao invés de se preocupar em descobri-los...Uma terceira característica do trabalho de Singer é o pressuposto de que a ação individual pode fazer a diferença.⁶ (JAMIESON, 2000, p. 6-7)

⁶ No original: “Virtually all Singer’s work exemplifies the following three important characteristics. First, it is revisionary. The point of practical ethics is not simply to understand the world, but to change it...A second characteristic of Singer’s work is the facts matter. Philosophy may begin where facts run out,...,but it is hard to see philosophy would be for Singer if it didn’t start with a vivid appreciation of the way things are. The observation that facts matter might seem platitudinous to most people, even to most academics, but philosophers often pretend that “mere” empirical facts have nothing to do with anything of philosophical significance; and when this conceit becomes difficult to sustain, they often invent facts (under the guise of thought experiments) rather than bothering to discover them....A third characteristic of Singer’s work is the presupposition that individual action can make a difference.”

Para a elaboração da obra que marca o ponto inicial de Peter Singer na “Ética Prática”, ele escolhe diversos temas que julga relevantes para esse propósito. E começa já no prefácio da obra justificando a sua escolha:

A ética prática abrange um campo muito vasto. Se procurarmos bem, encontraremos ramificações éticas na maior parte de nossas escolhas. Este livro não tenta abranger o campo todo. Os problemas que aborda foram selecionados a partir de duas premissas: em primeiro lugar, a relevância; em segundo, até que ponto o raciocínio filosófico pode contribuir para a discussão desses problemas. Considero um problema ético relevante a partir do momento em que um ser racional deva defrontar-se com ele. (SINGER, 2006, pg. 1)

Assim, a partir do momento em que Peter Singer coloca em perspectiva de revisão toda a estrutura que dá sustentação ao modo como agimos no mundo, recai sobre ele todo o peso da “resistência” dos materiais que compõem tal edifício. A própria concepção acerca da ética que Peter Singer exprime, na verdade traz um problema ou dilema que subjaz a natureza humana desde os seus primórdios mais longínquos. Ousar olhar para tudo isso de uma forma diferente, e mesmo, radical, não ficou barato para ninguém e, no caso em questão, como vimos mais acima, para nenhum utilitarista. Segundo Felipe:

Por essa razão, a proposta de Singer toca no tendão de Aquiles da cultura contemporânea: incluir no âmbito da consideração, pela dor e sofrimento, todos os seres capazes de tais experiências, não importando a espécie à qual pertençam. Se a ética é a busca do aprimoramento do sujeito moral certamente não ocorrerá enquanto esse mesmo sujeito usar dois pesos e duas medidas para orientar-se nas decisões que toma; um, quando pesa os benefícios de sua ação voltada para dar maior conforto e bem-estar aos membros da própria espécie (especismo, egoísmo, racionalidade instrumental), outro, quando se trata de fazer uso de outros seres como se fossem meros objetos ou instrumentos colocados à sua disposição para que seus interesses e necessidades, ainda que mesquinhos, sejam satisfeitos. (FELIPE, 2003, p. 91)

A abordagem filosófica que Peter Singer usa para tratar as nossas concepções éticas, talvez não difira muito da proposta mesma do utilitarismo, qual seja, fazer uma crítica radical ao que está posto ou, poderíamos dizer sobreposto. Com seu estilo próprio de fazer filosofia, talvez Peter Singer possa mostrar que é possível responder à afirmativa de Marx segundo a qual “Os filósofos interpretaram o mundo, cabe transformá-lo”. A proposta Singeriana vai de encontro a essa concepção básica que encontra-se atrelada à nossa própria construção imagética mundana. Na verdade, não é tarefa das mais fáceis a tarefa escolhida por Peter Singer. Em primeiro lugar ir de encontro às concepções mundanas acerca da ética, tanto do

ponto de vista do senso comum, quanto do próprio ponto de vista acadêmico. Os materiais que sustentam o edifício ou os edifícios em questão, estão por demais consolidados e ou revestidos por argamassas sobrepostas, que segundo seus defensores em se desmontando-os, nada mais restará, isto é, corroborando com as visões advindas das religiões, será o final dos tempos, a própria morte.

Vivemos num mundo em que as pessoas mais do que nunca buscam modelos prontos, receitas exatas para todo e qualquer tipo de situação. Para nós desse mundo contemporâneo, se tornou difícil refletir a partir de Sócrates, Platão ou Aristóteles, muito embora esses autores e suas obras 2500 anos depois, tenham muito mais a nos ensinar acerca da ética e da construção de uma nova realidade, do que nossa visão tecnicista dos dias de hoje, baseada na perda da capacidade de dar sentido e significado às nossas vidas e, conseqüentemente, nosso mundo. Por isso, que a proposta ética de Peter Singer assusta tanto, devido à mesma romper, inclusive, com a própria visão acadêmica de que a filosofia deve se restringir aos meios acadêmicos, atrelando-a assim ao modelo tecno-científico, desvirtuando assim do que ela tem de melhor, isto é, o olhar crítico irrestrito acerca de todos e de tudo. Para Gruen:

Muito do furor contra a filosofia de Singer nasce de sua crítica às posições que sacralizam a vida. Singer defende que não apenas tais posições são eticamente problemáticas, como também que aqueles que alegam ter todas as vidas humanas como sagradas não fazem isso de maneira consistente. Vê alguns daqueles que esposam a sacralidade da vida humana como “hipócritas” – apelam para a posição quando convém e ignoram-na quando não convém. Também provocou mais que umas poucas desaprovações por suas posições acerca da igualdade, pois defende que interesses iguais devem ser igualmente considerados, quer seu detentor seja um homem negro, uma mulher branca, resida próximo ou distante, quer seja um adolescente ou um idoso tamanduá. Se um indivíduo estiver sofrendo, não importa sua localização ou sua espécie, seu sofrimento deve ser levado em conta. Seus argumentos de que os abastados são moralmente obrigados a dar àqueles que vivem na pobreza levou alguns a questionarem se podemos levar uma vida significativa e ainda sermos éticos. Singer crê que viver conforme nossas obrigações éticas de atender ao sofrimento dos outros é precisamente o que dá significado a nossas vidas. Aqueles que trabalham para fazer do mundo um lugar melhor saberão que fizeram algo para além deles mesmo, e é fazendo algo para além deles mesmos que se pode encontrar satisfação em sua própria vida. (GRUEN, 2010, p. 241)

Quando Peter Singer aborda a questão do modo como tratamos os animais, a violência e mesmo truculência que usamos contra os mesmos, a questão contraditória do aborto e do assassinato, a questão dos refugiados, os problemas ambientais, o sentido da vida, etc., ele o faz de forma a alegrar o mais longínquo dos fundadores da filosofia lá na Grécia

antiga, posto que o mesmo o faz com a coragem e a presença dignas do patrono maior da filosofia, qual seja, Sócrates. A filosofia de Peter Singer nos resgata da perigosa visão cultural acerca da própria filosofia, isto é, uma área do conhecimento que nada tem a ver com as nossas inquietudes, tanto individuais, quanto coletivas. Segundo Gruen:

Os filósofos desafiam as crenças comuns há tempos e frequentemente os desafios tornaram nossas vidas coletivas melhores. Os desafios que Peter Singer lança podem parecer extremos, podem exigir sacrifícios pessoais e podem envolver privações iniciais. Porém, se enfrentarmos tais desafios, contribuiremos para um mundo com menos dor, menos miséria e mais felicidade. Realmente, faremos do mundo um lugar melhor e, ao mesmo tempo, tornaremos nossas vidas também mais significativas. (GRUEN, 2010, p. 256)

3.1 Considerações finais

Diante do aqui exposto, penso que podemos com alguma margem de segurança afirmar, que o tema do presente trabalho reveste-se de suma importância pelo que tem a nos dizer acerca da grande questão de como agir para construir um mundo mais justo, mais solidário, enfim, melhor para todos que nele habitam, qual seja, a ética. Mais especificamente, a ética utilitarista em toda a sua história traz em seu bojo uma proposta que desde ao seus precursores mais remotos foi e é, no mínimo, mal compreendida. A partir dos maiores especialistas em tal tema, podemos nos conscientizar da necessidade de um olhar mais profundo acerca do mesmo, com o intuito de desfazer crenças e preconceitos histórico culturalmente construídos sobre o utilitarismo

Podemos ver nesse trabalho os conceitos errôneos que se perpetram ainda hoje acerca de tal teoria, dando-se exemplos e levantando-se possibilidades para invalidação do utilitarismo, que beiram senão a extrema ignorância própria do senso comum, a extrema falta de “boa vontade” como instrumento que reluz à guisa do propósito maior de que o espírito humano pode moldar, como bem falava Kant em sua ética. E isso se dá, a partir da falta de disposição de estudar mais a fundo essa questão, posto que o utilitarismo queiram alguns ou não, contribuiu de forma inequívoca para que se pudesse repensar o mundo, posto que historicamente o utilitarismo não só ajudou a repensar o mundo, mas efetivamente transformou-o. E suas contribuições assumiram papel determinante a partir de vários campos tais como a moral, o direito, a economia e a política. Assim, não se justifica esse olhar limitado e desproposital com uma teoria que se não se mostrou perfeita, nem por isso pode ser relegada ao esquecimento.

Talvez por isso mesmo devamos dar tamanha atenção à filosofia utilitarista de Peter Singer, por assumir corajosamente esse desafio que lá na Grécia antiga Epicuro já se ocupava. Peter Singer traz o melhor da filosofia para nosso tempo tão sedento de sentido, de significado. Singer nos instiga a percebermos a beleza e a profundidade de assumir o convite da filosofia que embora busque rigor naquilo que propõe, nem por isso tem que assumir um papel que não é seu, isto é, uma área inútil, desnecessária, que teoriza e especula muito, mas que não traz mudanças reais para um mundo que se pergunta, ou pelo menos deveria se perguntar, o que é mesmo esse “real”? Ao procurar e aceitar debater problemas tão variados do ponto de vista ético, Peter Singer talvez assuma o papel de digno representante de personagens do quilate de Sócrates. Com suas críticas radicais e contundentes às nossas contradições mais gritantes enquanto postulantes a uma superioridade não concretizada, Singer talvez tente nos acordar de um sono que não queremos acordar. Tal afirmativa se dá no sentido de que por mais óbvias que possam parecer ou mesmo aparecer, envolvemo-nos numa névoa entorpecente que se pode comparar aos antigos quando explicavam o mundo a partir do mito.

Como bem já foi dito aqui, é possível tomar uma posição crítica e mesmo contrária à filosofia de Peter Singer, só não é possível assumir uma postura de indiferença às suas propostas. Peter Singer espelha bem o papel do filósofo em todas as épocas, qual seja, questionar a tudo e a todos sobre toda e qualquer questão que se dê no mundo, ou mesmo, nos mundos possíveis. Com suas propostas Peter Singer nos convida a mantermos viva a proposta fundamental da filosofia: a busca dos princípios últimos que nos possibilitem almejar vãos mais altos rumo à nossa ilimitada capacidade de transcendência. De acordo com Felipe:

De qualquer modo, já não se pode estudar *Ética Prática*, e certas questões morais com as quais se defronta essa disciplina filosófica, sem levar-se em conta as críticas à filosofia moral tradicional levantadas por Peter Singer e os desafios que sua proposta deixa em aberto para que sejam enfrentados pelas novas gerações de filósofos da ética e da política. A tarefa da teoria crítica da sociedade, e especialmente da ética prática crítica, de desnaturalizar os costumes e de buscar fundamentos para validar tão-somente os que são dignos de preservação, desmonta, necessariamente, a teia moral em que se sustentam muitos desses costumes, cuja validade sequer resistiria a uma análise mais acurada. (FELIPE, 2004, p. 191)

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**; tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. – 5ª Ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2007.

BELSHAW, C.; KEMP, G; e colaboradores. **Filósofos modernos**. Ed. Artmed. – São Paulo, 2010.

BENTHAM, J. 1748- 1832. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**; tradução de Luiz João Baraúna. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos** / John Stuart Mill; traduções de João Marcos Coelho, Pablo Rubén Mariconda. – 2ª Ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores)

DALL'AGNOL, D. **Valor intrínseco: metaética, ética normativa e ética prática em G. E. Moore**. – Florianópolis : Ed. Da UFSC, 2005.

EPICURO, 342 ou 1-271 ou 70ª.C. **Antologia de textos/ Epicuro. Da natureza** / Tito Lucrécio Caro. **Da república** / Marco Túlio Cícero. **Consolação a minha mãe Hélvia; Da tranquilidade da alma; Medéia; Apoloquintose do divino Cláudio** / Lúcio Aneu Sêneca. **Meditações** / Marco Aurélio; traduções e notas de Agostinho da Silva; estudos introdutórios de E. Joyau e G. Ribbeck. – 2ª Ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores)

FELIPE, S. T. **Por uma questão de princípios: alcance e limites da ética prática de Peter Singer em defesa dos animais**. – Florianópolis – Fundação Boiteux, 2003

FELIPE, S. T. **Ética prática contemporânea. Uma abordagem crítica**. ethic@ Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 189-205, Dez 2004.

FRANKENA, W. K. **Ética**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota – 2ª Ed. - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GONÇALVES, D; S. **O panóptico de Jeremy Bentham: por uma leitura utilitarista**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2008.

GUISAN, E. (1992b). “El utilitarismo” en Victoria Camps. (ed. Historia de La ética). Crítica, Grijalbo, Barcelona.

HOBBS, T. 1588-1679. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**; tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. – 2ª Ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores)

JAMIESON, D. **Singer and his critics**. Oxford: Blackwell, 2000.

KRANTZ, S. L. **Refuting Peter Singer's ethical theory : the importance of human dignity**. Westport: Praeger Publishers, 2002.

LOCKE, J; 1632-1704. **Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano**; tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. – 2ª ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

MARUYAMA, N. **A moral e a filosofia política de Helvétius: uma discussão com J. J. Rosseau** / São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**; tradução de Roberto Leal Ferreira e Álvaro Cabral. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MORRISON, W. **Filosofia do direito: dos gregos ao pós-modernismo**. Tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica Gildo Sá Leitão Rios. – São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PELUSO, L. A. **Ética & utilitarismo** / organizado por Luis Alberto Peluso. Campinas, SP: Editora Alínea, 1998.

RACHELS, J. **Os elementos da filosofia moral** ; tradução de Roberto Cavallari Filho; revisão científica José Geraldo A. B. Poker...(et AL.). – Barueri, SP: Manole, 2006.

SIDGWICK, H. **História da ética**; tradução Cláudio J. A. Rodrigues. 1ª ed. – São Paulo: Ícone, 2010.(Coleção fundamentos do direito)

SINGER, P. **Ética prática**; tradução de Jefferson Luiz Camargo. – São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção biblioteca universal)

_____. **Repensar La vida y La muerte: El derrumbre de nuestra ética tradicional** - Barcelona – Ediciones Paidós Ibérica, S.A., 1997.

_____. **Vida ética: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade**; tradução de Alice Xavier. – Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

_____. **Libertação animal**; tradução Marly Winckler, Marcelo Brandão Cipolla; revisão técnica Rita Paixão. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

WILLIAMS, B. **Moral : uma introdução à ética**; tradução Remo Mannarino Filho; revisão da tradução Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo : Martins Fontes, 2005. – (Tópicos)